

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

IA CHEGA DE VEZ À
DISPUTA ELEITORAL

ESTADO ENXUTO
CRESCER MELHOR

ENTREVISTA

Bresser-Pereira

“O patrimonialismo que permanece
no Brasil é mera corrupção.”

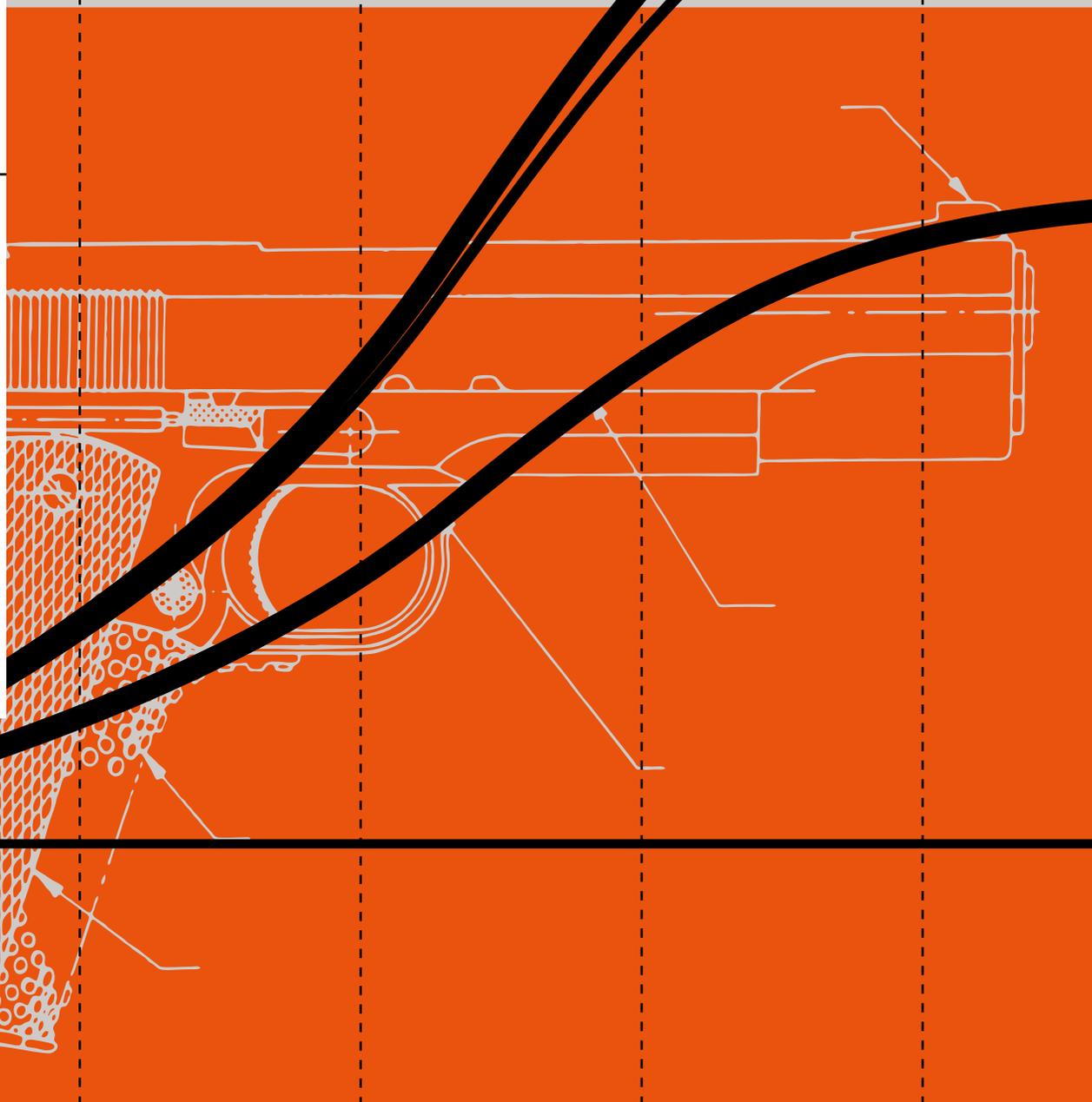
NEGÓCIOS

Mercado livre de energia

Poder de escolha traz economia
para o empreendedor

Violência sem freio

CRESCIMENTO DA INSEGURANÇA
ASSUSTA A POPULAÇÃO,
ATRAPALHA A ECONOMIA E
DEMANDA AÇÃO EFETIVA



**EU QUERO SOLUÇÕES
QUERO EDUCACIONAIS
APERFEIÇOAR TALENTOS CUSTOMIZADAS**



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no
desenvolvimento
da sua equipe e
alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE Abram Szajman

PRESIDENTE EXECUTIVO Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciatutu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

ASSISTENTE DE EDIÇÃO Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Yana Parente

DESIGNERS Aníma de Mattos, Débora
Faria, Maria Fernanda Gama e Jônia Caon

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Paula Seco

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Aline
Carvalho, Antonio Lanzana, Guilherme Meirelles,
Herbert Carvalho, Instituto Ethos, Jean Galvão, Leandro
Garcia, Luciana Alvarez, Marcus Lopes, Moura Leite
Netto, Pâmela Brito, Paulo Delgado e Vinícius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade
de seus autores e não refletem a opinião da PB.
Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade
de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #480

A falta de segurança é tema nos noticiários e nas conversas informais ao despontar como a maior preocupação da população em ano de eleições municipais. Para além do grande impacto à vida das pessoas, afeta profundamente o comércio de bens, serviços e turismo — afinal, a rua deixou de ser ambiente seguro para se transitar. Embora não seja competência das prefeituras, a violência urbana deve pautar o debate eleitoral, uma vez que a situação demanda medidas urgentes.



Quer ficar por dentro
das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter.
Basta apontar o seu celular
para este código QR.

revistapb.com.br

@pbrevista

@pbrevista

@pb_revista

@canalUMBRASIL



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

É retratando
e analisando
a pluralidade, a
diversidade e a
complexidade do
Brasil que a PB
se atualiza e se
reinventa.



Reportagens, artigos, ensaios
e podcasts que lançam um
olhar abrangente sobre
a sociedade, a política,
a cultura e as pessoas do País.

 Deezer, Spotify e Soundcloud

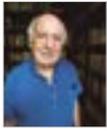
 @pbrevista

 @pbrevista

 @pb_revista

 @CanalUMBRASIL

REVISTAPB.COM.BR



8 Entrevista
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA: "A LÓGICA NO BRASIL É O PODER DE CADA UM AGARRAR O 'SEU'".



12 Capa
ESCALADA DE INSEGURANÇA

18 Publieditorial
ESTADO ENXUTO CRESCE MAIS

20 Artigo
"O DESAFIO DE ACELERAR O CRESCIMENTO",
POR ANTONIO LANZANA

21 Artigo
"PRESSA E DESAFIOS INEVITÁVEIS",
POR PAULO DELGADO

22 7 Perguntas
JOHN DOMINGUE: "OBJETIVO DA IA NA EDUCAÇÃO
É ALIVIAR O FOSSO DAS DESIGUALDADES".



26 Notas | Site PB
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS DO SITE PB

28 Negócios
LIVRE ESCOLHA NA ENERGIA

32 Artigo
"CIÊNCIA BRASILEIRA DE OLHO NOS
MOSQUITOS", POR AGÊNCIA BORI



34 Política
O PODER DA IA NAS ELEIÇÕES

40 Artigo
"LÚCIO CARDOSO: UM ENTRE-LUGAR NA
LITERATURA", POR LEANDRO GARCIA

41 Artigo
"OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE
DE GÊNERO", POR CAIO MAGRI

42 Saúde
TEMPERATURA E CASOS DE DENGUE EM ALTA

44 História
O CENTENÁRIO DO 1º DE MAIO NO BRASIL

46 Charge
MEDO NAS RUAS





Cada vez mais perigoso

Assunto predominante para o debate eleitoral de 2024, a (falta de) segurança pública assusta e desencoraja a sociedade. Entra ano, sai ano, observamos os índices de violência oscilarem em patamares sempre muito elevados. As dezenas de casos de roubos e furtos registrados diariamente, além de chamar atenção pelos riscos às integridades física e emocional das vítimas, prejudicam fortemente o acesso de pessoas a centros comerciais — por exemplo, na cidade de São Paulo. Entre janeiro e setembro de 2023, cerca de 16 mil ocorrências de roubos foram confirmadas, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado, número recorde desde o início da série histórica, em 2011.

O tema é capa desta edição de **Problemas Brasileiros**, que traz um pouco da realidade dos últimos anos com base em entrevistas de pessoas que sofreram na pele os efeitos da criminalidade, além de profissionais e instituições que analisam a problemática.

Além de São Paulo, capitais como Rio de Janeiro e Salvador figuram na lista dos locais mais perigosos, tanto para a população quanto para os turistas. O entrave no combate à violência, na visão de alguns especialistas, está na carência de investimentos, por parte dos governos, em um trabalho de investigação que leve, efetivamente, a polícia aos autores dos crimes. A questão já vem

sendo, há tempos, acompanhada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A Entidade mantém constante diálogo com o Poder Público, manifestando apoio e colaboração em medidas para combater a crescente onda de violência no Estado. Nesse sentido, cobramos das autoridades competentes ações de reforço para que a classe empresarial tenha condições mínimas de segurança para trabalhar.

Ainda neste número, entrevista exclusiva com o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda durante o governo de José Sarney e atual professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao abordar a gestão pública no Brasil, sob vários aspectos, ele reforça que um dos gargalos de maior impacto para a economia nacional está na crise fiscal, responsável por fazer despencar a poupança do País nas últimas décadas e, por consequência, a sua capacidade de investimentos.

Influência da Inteligência Artificial (IA) nas eleições municipais, tendências da educação, mercado livre de energia e doenças relacionadas ao clima complementam, entre outros assuntos, as páginas desta edição.

São questões que despertam atenção e um alerta para a sociedade, que não pode ficar indiferente em relação aos caminhos trilhados pelo Brasil, pois estes definirão o nosso futuro como nação.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



O PROBLEMA DA GESTÃO

entrevista
VINÍCIUS MENDES

NA VISÃO DE LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, O PROBLEMA DA ECONOMIA BRASILEIRA É O MESMO HÁ TRÊS DÉCADAS: A CRISE FISCAL — QUE, À MEDIDA QUE SE APROFUNDA, LIMITA A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO. A SOLUÇÃO NÃO É FÁCIL NEM RÁPIDA, MAS HÁ ATENUANTES, COMO A REFORMA DO ESTADO, DESENHADA POR ELE QUANDO ENCABEÇOU O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE) A PARTIR DE 1995, NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. UM DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS MAIS RELEVANTES, BRESSER-PEREIRA FOI TAMBÉM MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO SARNEY (1987).

Quando assumiu o MARE, em 1995, o senhor publicou um artigo dizendo que tudo o que tinha acontecido no Brasil e na América Latina nos 15 anos anteriores fora resultado de crises dos Estados. Estas permanecem até hoje?

Sim. Por volta de 1982, eu percebi — e nos sete meses em que estive no Ministério da Fazenda ficou ainda mais claro — como o Estado brasileiro tinha perdido a capacidade de poupança pública, considerando isso como o que se arrecada menos o que se gasta. Nos anos 1970, essa poupança era algo em torno de 5% do PIB. Houve um ano em que se chegou a 7%. De repente, por uma série de fatores, isso mudou. O governo militar se endividou absurdamente no exterior utilizando as empresas estatais, que tinham crédito e davam lucro. Elas eram uma grande fonte de poupança. Os militares também se valeram delas para controlar a inflação. Essas estatais não chegaram a quebrar, mas os lucros foram todos embora. A consequência foi que a poupança pública brasileira caiu violentamente. Houve também um abuso da previdência, que continua acontecendo mesmo com todas as reformas já feitas. O resultado é que, de uma poupança pública de 5% do PIB, nós passamos para despoupança de 2%. Foi trágico para o investimento público.

O senhor costuma fazer uma divisão conceitual de modelos de Estado quase em uma ordem cronológica: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Dá para dizer que eles coexistem no Brasil?

Patrimonialismo tem dois sentidos, e o que se dá hoje é pura corrupção. Não é o caso do Estado patrimonialista do [antigo rei francês] Luís XIV ou do [antigo imperador por-



A RESISTÊNCIA
BUROCRÁTICA
AINDA É MUITO
FORTE NO NOSSO
PAÍS, MAS O
PATRIMONIALISMO
QUE PERMANECE É
MERA CORRUPÇÃO.
VÊ AS EMENDAS
PARLAMENTARES?
É UM ESCÂNDALO.

tuguês] D. João VI. Neles, não havia clareza do que era patrimônio público e do que era privado. O monarca podia vender até cartórios e, com isso, obter receitas para o Estado. Eram as regras do jogo. Isso acabou. Em meados do século 19, países como a França e a Alemanha fizeram reformas burocráticas — brilhantemente analisadas pelo [sociólogo alemão] Max Weber no começo do século 20. Já a reforma gerencial tem data e lugar: a Inglaterra, em 1987. No Brasil, ela, inclusive, chegou rapidamente, já em 1995. Certamente, fomos pioneiros no Sul Global. É claro que a resistência burocrática ainda é muito forte no País, mas o patrimonialismo que permanece é mera corrupção.

Em que sentido?

Você vê as emendas parlamentares? É um escândalo. Dá para dizer que isso é Estado patrimonialista, mas, para mim, é apenas corrupção. Trata-se de uma captura do patrimônio público. Quando eu estava no MARE, fiz uma conferência no Largo do São Francisco, na USP, discutindo a emergência dos direitos republicanos. Depois, isso até foi publicado. Tentava avançar na classificação de direitos do [sociólogo britânico Thomas] Marshall. Em 1950, ele publicou um ensaio maravilhoso apontando como os direitos civis foram os primeiros a surgir, no começo do século 19. No fim daquele século, vieram os direitos políticos, como o sufrágio universal, e, finalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, apareceram os direitos sociais. Então, eu defendia que, naquele fim do século 20, emergiram os direitos republicanos, como resolvi chamá-los.

E o que são?

É o direito de cada cidadão que a coisa pública seja utilizada apenas para fins públicos. Você pode dizer que isso é óbvio e que tudo fora disso é só corrupção, mas não é bem verdade, porque há uma série de capturas do patrimônio público que são legalizadas. As emendas parlamentares são um exemplo claro disso. Os salários — e, especialmente, as aposentadorias dos servidores — é outro. Os juros que o Estado paga, a mesma coisa: é uma captura pelos rentistas e financistas. É por isso que uma reforma mais ampla precisa ver o Estado como uma caixa de redistribuição de riqueza, cuja lógica seria que fizesse isso em favor dos mais pobres e das atividades mais dinâmicas da economia. Não é o que acontece, porque, no Brasil, a lógica é o poder que cada um tem para conseguir agarrar o “seu”. Aí está a importância da democracia, da vigilância da imprensa, dos próprios servidores, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Qual é a sua análise sobre a conjuntura atual?

Nós temos dois males muito graves, e que não são exclusivos do Brasil. Um é o neoliberalismo. Acabei de escrever um livro sobre isso que, traduzindo para o português, se chama *A ascensão e queda do capitalismo neoliberal financeiro-rentista*. Vai sair pela [editora britânica] Oxford University Press. A doutrina está morrendo, mas fez um mal muito grande para os países. Em razão desse fracasso, surgiu um populismo de extrema direita cujo grande representante é o [ex-presidente dos Estados Unidos, Donald] Trump — e cujo pior representante de todos foi Bolsonaro. O Trump é “fichinha” perto dele. Agora, tem o [Javier] Milei, na Argentina. É um desastre. Os Estados Unidos, que continuam sendo

o país mais poderoso do mundo, perderam muito ao longo dos anos por causa do neoliberalismo, enquanto a China foi a grande beneficiária da globalização.

Há experiências estaduais de reformas, como no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul e, mais recentemente, em São Paulo.

Qual é a avaliação do senhor sobre elas?

A reforma que conheço é a de Pernambuco, que foi muito boa. O governo do Ceará é bem administrado há muito tempo. No Rio Grande do Sul e em São Paulo, não tenho notícias. Muitas vezes se fala em reforma do Estado, mas não necessariamente significa mudanças na gestão pública ou no aparelho estatal, são apenas redução de despesas. Isso é outra coisa: é uma reforma fiscal, na qual se localiza uma parte do problema dos gastos estatais. Eu diria até que é uma parte estritamente econômica. A reforma que foi proposta pelo Temer era justamente isso: uma tentativa de reduzir os benefícios dos servidores e, com isso, cortar despesas. Nesse sentido, era boa.

A principal discussão econômica, hoje, é sobre a questão fiscal. Mas também era nos anos 1990. O debate está acontecendo nos mesmos termos?

São diferentes. Havia uma redundância na forma como se chamava aquilo à época, de se falar em crise fiscal do Estado, mas queria salientar o fenômeno da queda da poupança pública e da decorrente retração do investimento. Agora, existe um debate entre economistas neoliberais, ortodoxos neoliberais e economistas progressistas, desenvolvimentistas, em que os primeiros só falam em déficit

público. Eles querem acabar de todas as maneiras possíveis e imagináveis com isso, embora apoiem esses juros escandalosos que estão aí. E que os deputados apoiados por eles, o próprio Partido Liberal (PL), façam essa captura do patrimônio público. Os progressistas, por sua vez, dizem que é preciso um ajuste fiscal. Tem uns keynesianos vulgares que querem fazer despesa pública de qualquer jeito, mas bons economistas sabem que só se entra em déficit público em uma política contracíclica. Foi uma grande contribuição do [economista britânico John] Keynes: se a economia está entrando em recessão, é preciso, temporariamente, ter uma despesa pública maior. Um déficit moderado é compatível com um crescimento satisfatório. Tudo isso para dizer que não é preciso ter déficit zero. Nenhum país do mundo tem isso, mesmo os mais ricos.

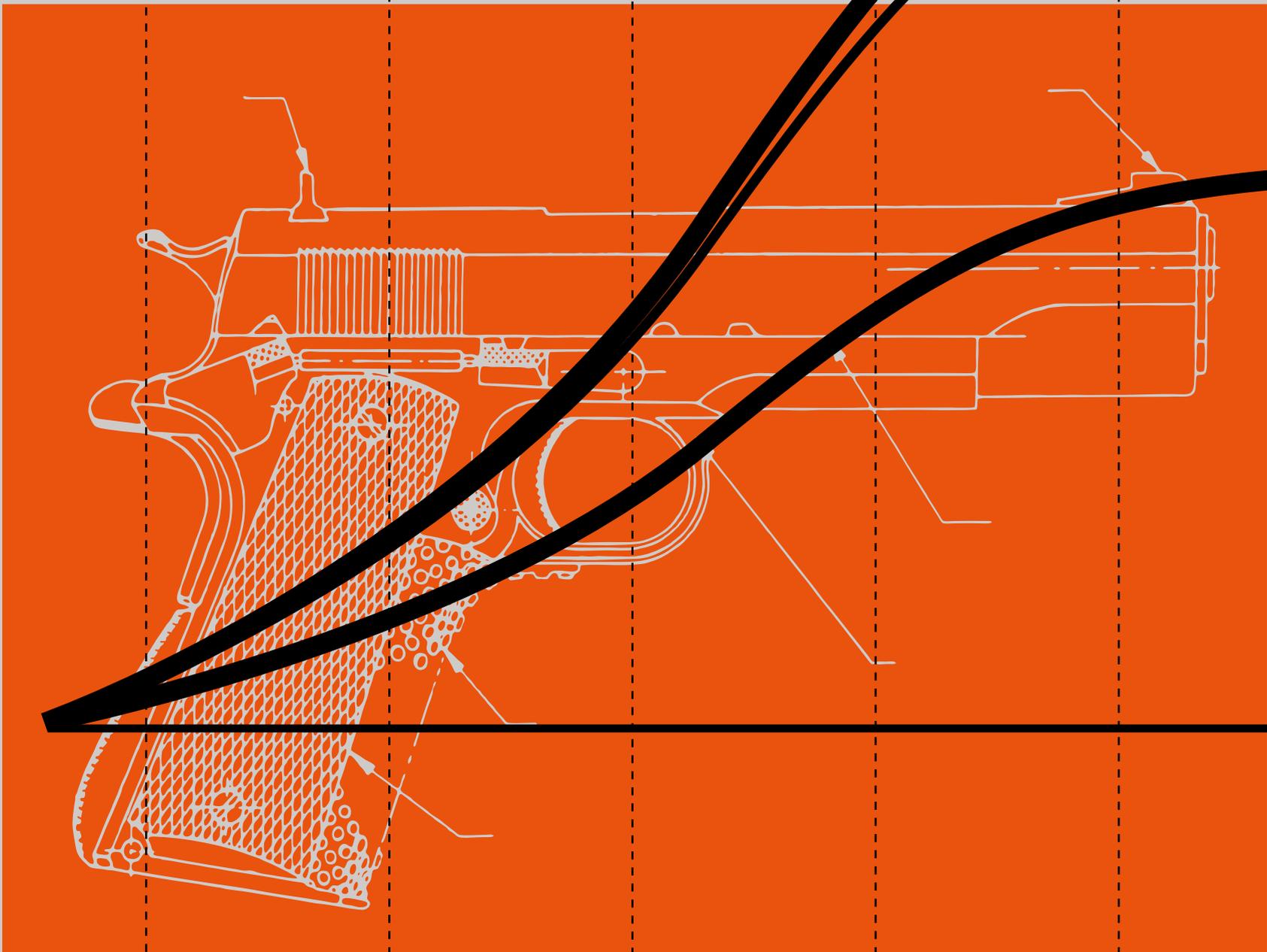
Então há um problema na própria discussão?

Ela é de curto prazo. Ninguém está disposto a retomar a questão de como recuperar a poupança, que é muito mais complicado. Daí, precisa-se de uma reforma do Estado, de emendas em relação à taxa de juros e ao câmbio etc. Uma coisa terrível para um país, muito pior do que déficit público, é déficit de conta corrente, o qual o Brasil tem, sistematicamente, de 2% a 3% do PIB. Daí, vem um *boom* de exportações, e isso acaba. A taxa de câmbio fica apreciada e tira a competitividade da indústria nacional.

&



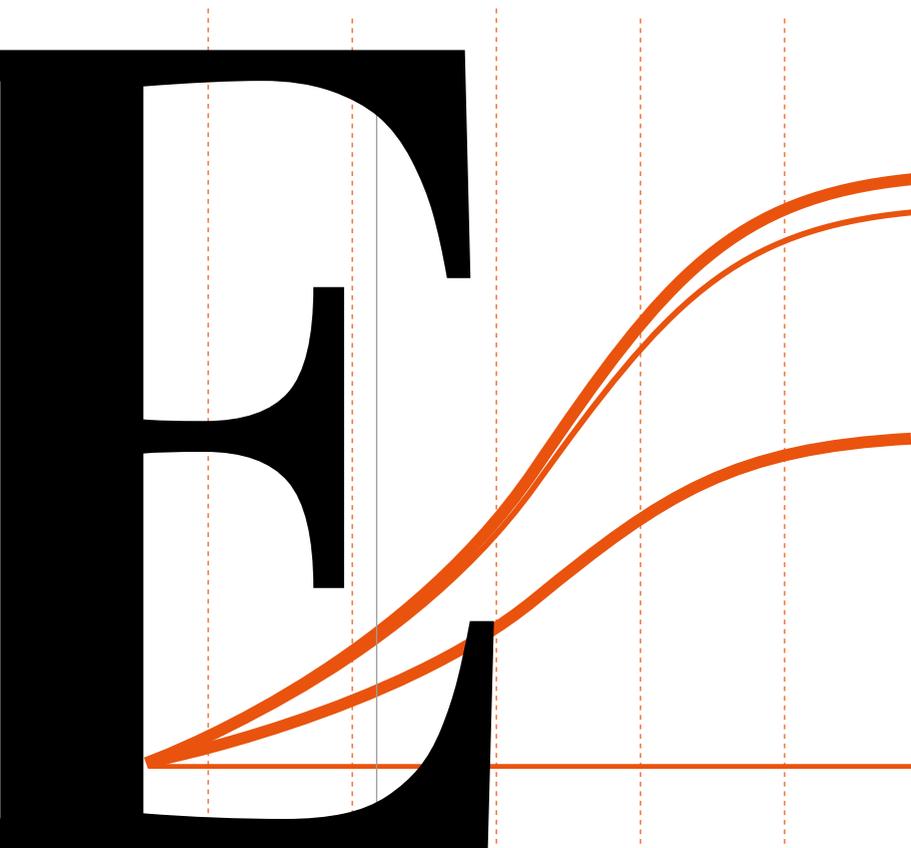
APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O CÓDIGO QR PARA CONFERIR
A ENTREVISTA COM O ECONOMISTA
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
NO CANAL UM BRASIL.



VIOLÊNCIA DESCONTROLADA

Números da insegurança pública saltam nas metrópoles brasileiras, mudando as rotinas das pessoas, demandando ações do governo e impactando setores produtivos inteiros. Em São Paulo, roubos crescem no centro da cidade, enquanto no Estado, crimes contra mulheres disparam.

texto VINÍCIUS MENDES | ilustração PAULA SECO



**O nome é fictício para preservar a identidade da entrevistada*

Em novembro do ano passado, a psicóloga Eliane Oliveira* levou o filho, Antônio, de 6 anos, e a sobrinha, Victória, de 3, para ver as luzes de Natal no Parque Villa-Lobos, na zona oeste de São Paulo. No fim do passeio, ao anoitecer, os três seguiram para o estacionamento, em uma ala anexa ao sul do parque. Já perto do carro, dois outros veículos surgiram, e os homens que estavam nos automóveis exigiram que a família entrasse no banco de trás. “Demorei para entender que era um assalto”, conta Eliane, ainda confundindo as tipologias dos crimes: começava, ali, um sequestro de quase dois dias, rendidos pelo grupo, primeiro, no próprio carro e, depois, em um cativo na periferia da zona sul na cidade.

Entre o choro das crianças e o medo da morte, ela conseguiu liberar cerca de R\$ 50 mil para os criminosos por meio de transações via PIX pelo celular e em resgates de aplicações. “As crianças ainda estão em estado de choque. Deixaram de ir à escola e temem sair de casa”, conta ela, também traumatizada, antes de emendar: “Nós estamos terminando de arrumar as coisas para ir embora do Brasil”.

Essa não é alternativa possível para o vendedor Milton Louveira, de 40, embora seja o seu desejo. “Se eu tivesse condições, já estava no avião”, admite. Em duas semanas, ele foi assaltado três vezes em diferentes locais da cidade de São Paulo. A primeira ocorrência foi em uma rua paralela à Avenida Paulista. Depois, no bairro de Pinheiros e, em seguida, na saída de uma boate na zona oeste.

Em duas das ocasiões, Louveira chegou a ficar na mira da arma dos assaltantes. Em uma delas, os criminosos conseguiram desbloquear o seu celular — mesmo sem que ele permitisse o acesso — e extrair perto de R\$ 10 mil em conta corrente por meio do aplicativo bancário. “Estou brigando na Justiça para reaver o dinheiro, mas o banco se defende dizendo que a transação foi feita com senha.” Recentemente, uma decisão bastante criticada da Justiça de Santa Catarina definiu que, em casos de saques ou transferências feitas com o uso de senha, as instituições bancárias só devem restituir valores que excederem os limites diários estipulados previamente. A ação julgava o caso de uma aposentada que teve cerca de R\$ 20 mil roubados da conta corrente por um fraudador que conseguiu acesso às suas informações bancárias.

Histórias como essas viraram rotina em conversas informais, na imprensa, em mesas de discussões e na agenda política. Em todas há consenso de que, nos últimos anos, ficou mais perigoso andar nas grandes metrópoles do País, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, e que as ocorrências se tornaram mais violentas. Em São Paulo, dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado mostraram, por exemplo, que, entre janeiro e setembro do ano passado, foram registradas, aproximadamente, 16,5 mil ocorrências de roubo apenas no centro da capital — o maior número desde que a série histórica começou, em 2001. É uma média de 45 casos por dia somente na região, considerando que, segundo especialistas, apenas metade das vítimas apresenta notícia-crime à polícia.

Na cidade inteira, porém, os números caíram: no relatório sobre o ano passado, apresentado em fevereiro pela pasta, a taxa de roubos caiu 6,7% em comparação a 2022. A de homicídios dolosos teve queda de 14,1%, com 450 casos. No Estado, os roubos diminuíram 6,2%, mas os furtos aumentaram (2,4%). Dados destes últimos apontam situação tão alarmante quanto: o volume de ocorrências subiu 7% em 2023, na comparação com o ano anterior, na capital paulista, segundo a SSP. “[A segurança] é hoje o que mais me preocupa”, admitiu, em janeiro, o governador paulista, Tarcísio de Freitas.

Segundo observadores, o declínio da área central de São Paulo se acentuou nos últimos anos por fatores como a expansão da área da cracolândia, perto da Estação da Luz, fruto do fracasso de medidas do Poder Público para conter o fluxo de usuários — que acabou por espalhá-los.

Um relatório da consultoria B4Risk mostra que, no primeiro semestre de 2023, a maior parte dos casos de furto e roubo de celulares aconteceu, de fato, no centro de São Paulo, em bairros como República (4,6% de todas as ocorrências), Consolação (3,8%) e Bela Vista (3,2%). Foi o que aconteceu com o estudante Hugo Vieira, de 23 anos, vítima de dois homens que o abordaram quando saía da casa da namorada, perto do Minhocão, no centro. “Foi rápido, porque andava preocupado com a onda de violência e, quando vi que seria assaltado,

já tirei o celular e entreguei a eles. Não durou nem 20 segundos”, comenta. “Tem circulado um manual informal do que fazer nessas situações, e uma das regras básicas é entregar tudo e não reagir de forma alguma”, continua.

Um estudo do Insper, realizado entre o fim de 2022 e o início do ano passado, dá uma dimensão ainda maior do problema: quase metade (47%) dos paulistanos diz que sofreu alguma ação criminosa recentemente. Destes, 8% foram assaltados. Diante de fatos e números, espera-se que a pauta da segurança pública dê o tom da campanha eleitoral deste ano na cidade, fenômeno já captado por uma pesquisa do Datafolha. Em setembro, o instituto perguntou aos paulistanos quais eram as maiores preocupações: a violência foi apontada por 22% deles, a maior entre todas as outras, superando a saúde pública, que figurava historicamente em primeiro lugar em estudos anteriores. De 2020 para cá, o número de moradores preocupados com a segurança pública saltou 10 pontos percentuais na cidade [veja gráfico na página 16].

Para 18% dos entrevistados pela pesquisa, a segurança deve ser a agenda principal da prefeitura, atrás apenas da gestão dos dispositivos de saúde (25%). Os números do analista criminal Guaracy Mingardi, que pertence ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), sugerem que, mais do que o crescimento dos registros de crimes em São Paulo, o que preocupa é o ritmo da curva de alta. Até antes da pandemia da covid-19, os dados já eram altos, mas, depois que a crise sanitária passou (a partir de 2021), voltaram a subir e de forma acelerada. Há várias explicações, segundo Mingardi. A primeira delas está na lógica econômica do crime. “O foco hoje é o smartphone, que tem um mercado ilegal enorme”, destaca. “Mais do que isso, estamos falando de criminosos profissionais, que conseguem correr e se esconder, conhecem a área onde atuam, têm contatos etc. Não são ‘noias’”, continua, referindo-se ao termo pejorativo utilizado em São Paulo para se referir aos usuários de drogas que, historicamente, assaltam pedestres no centro da capital.

“O ‘noia’ rouba às vezes, mas está em uma situação mais vulnerável: é morador de rua, não sabe muito bem o que fazer depois. O criminoso profissional se divide em gangues, especializa-se, ataca em bando e sabe para qual receptor vender o produto roubado após o

7% de aumento de furtos no Estado de São Paulo em 2023, segundo a SSP

45 roubos por dia são registrados só no centro da capital paulista

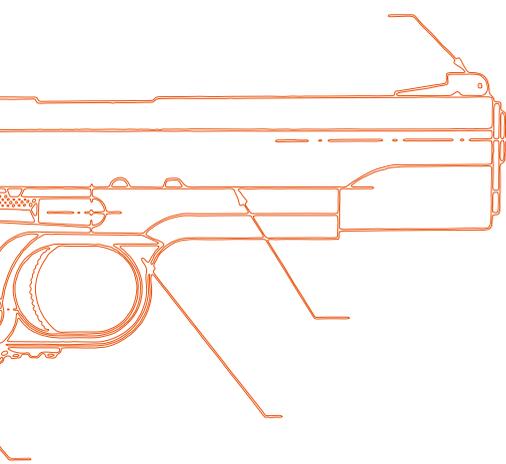
15% de alta nas ocorrências envolvendo celulares no Rio de Janeiro, de acordo com o ISP-RJ

456,2 roubos foram registrados por cada grupo de 100 mil habitantes no Brasil em 2022, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

2.737 celulares foram roubados ou furtados todos os dias no País em 2022, de acordo com o fórum, um aumento de

16% em relação aos dados de 2021

Quase metade dos paulistanos declara ter sofrido algum tipo de violência na cidade, e segurança pública vai ao topo das preocupações dos moradores da cidade, segundo o Datafolha



crime. E é isso que está acontecendo em São Paulo”, completa.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo FBSP no ano passado com base em dados de 2022, contabiliza 999,2 mil registros de roubos e furtos de celulares no Brasil no período — o que significa que, em média, cerca de 2,7 mil aparelhos são subtraídos todos os dias no País. Mas o dilema vai além disso. Mingardi, que escreveu vários livros sobre a burocracia da Polícia Civil e atuou, ele mesmo, dentro da instituição, entende que o fato mais preocupante da crise atual está no próprio sucateamento, há pelo menos duas décadas. “Crime profissional se combate com investigação, porque, se existe um mercado ilegal, então existe um ladrão. Para desmantelar esse mercado e diminuir a margem de atuação do ladrão, é preciso investigar, no sentido de produzir provas, e atuar com inteligência, no sentido de saber o funcionamento

do sistema. Mas a Polícia Civil foi jogada no lixo”, lamenta.

É a mesma impressão de Rafael Rocha, coordenador de projetos do Instituto Sou da Paz. “É preciso mais investimentos do governo na investigação para que os crimes sejam elucidados e seus autores, levados à Justiça. Contudo, temos visto o contrário: um foco cada vez maior da gestão Tarcísio em policiamento ostensivo”, aponta. Os estudos do instituto mostram um cenário um pouco diferente no âmbito do Estado paulista: o volume de roubos caiu 4% em 2023, por exemplo, embora os registros de furtos tenham subido timidamente.

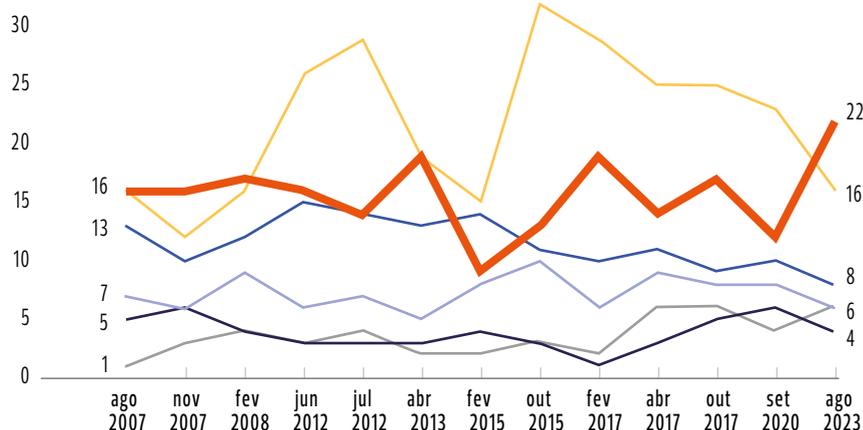
Ao contrário da tabulação oficial e da maioria dos observadores do fenômeno, o Sou da Paz analisa o cenário a partir do Índice de Exposição aos Crimes Violentos (IECV), dividido em três indicadores: crimes letais (como homicídios), crimes contra a dignidade sexual (como estupro) e crimes contra o patrimônio, em que estão englobados os roubos e furtos. Dentre essas categorias, a que mais aumentou em 2022 foi a de crimes contra a dignidade sexual, com o índice de medição passando de 14,7 para 16. O de crimes contra o patrimônio foi de 5,2, em 2021, para 5,76, no período. Segundo Rocha, o problema tem sido tratado de forma superficial pelo Poder Público. “Enquanto feminicídios e estupro têm crescido mês a mês sem a devida prioridade do governo, esta tem sido dada a roubos, sobretudo na capital”, analisa. Rocha também acredita que o PIX, que entrou em operação em 2020, deu robustez aos índices de crimes patrimoniais. “A modalidade de pagamento é evidentemente utilizada por criminosos, tanto em golpes envolvendo aplicativos de relacionamentos e demais sequestros, como em roubos e furtos de celulares”, diz.

Mingardi, do FBSP, tem uma perspectiva diferente. “O PIX é secundário. O ladrão rouba o celular para vender o aparelho no mercado ilegal. É possível que, além dele, haja ainda a possibilidade de saquear a conta bancária da vítima, mas se trata de uma possibilidade.”

A crise da violência não atinge apenas São Paulo. No Rio, os roubos de celulares subiram 15,7% no Estado, entre janeiro e novembro do ano passado, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), embora, no cômputo geral, as ocorrências de roubo caíram 17%. Ao longo de 2023, algumas cenas no contexto carioca chocaram o País, como um rapaz agredido por um grupo de

Qual é o principal problema da cidade de São Paulo?

- Em %
- Segurança, violência e criminalidade
- Saúde, hospitais e postos de saúde
- Transporte coletivo
- Educação, escolas e creches
- Calçamento, asfaltamento e buracos
- Não sabe



justiçeiros moradores de Copacabana, na zona sul, acusando-o de furtar aparelhos na praia; ou o assassinato de quatro médicos na Barra da Tijuca, em outubro, após serem confundidos com um miliciano local; ou, ainda, o caos urbano que se seguiu à morte de um chefe da milícia da zona oeste da cidade, naquele mesmo mês. Na ocasião, 35 ônibus e um trem foram incendiados pelos criminosos.

Em Salvador, na Bahia, houve aumento de 30% nos roubos dentro do transporte coletivo, em 2023, segundo a Secretaria de Mobilidade da cidade (Semob). No carnaval do mesmo ano, porém, os indicadores da violência caíram em relação à festa de 2022. O *Atlas da Violência* do ano passado, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou um país com menos mortes violentas no intervalo entre 2011 e 2021. A retração foi significativa: 18,3%. No entanto, se a taxa de homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes de 2021 caiu em relação ao ano anterior (-4,8%), subiu na comparação a 2019 (3,2%). Em alguns lugares, ao contrário, a violência aumentou, como é o caso do Amapá, que, atualmente, registra a maior taxa de homicídio do País: 52 a cada 100 mil. Nos dez anos analisados pelo Ipea, essa margem subiu 72% no Estado.

PERDAS ECONÔMICAS

Para além da situação de violência e dos traumas posteriores, a insegurança maior também traz prejuízos econômicos para a cidade. Pesquisas realizadas nos últimos anos comprovaram alguns efeitos significativos causados pela insegurança, os quais funcionam em uma correlação de causa e efeito. Um deles, por exemplo, é o aumento nos preços de produtos e serviços por consequência da alta dos custos das empresas com vigilância ou reparos de danos causados por roubos. Entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já mostraram, em anos anteriores, que para cada 1% das receitas destinado a arcar com esse tipo de despesa, os produtos sobem 0,34%.

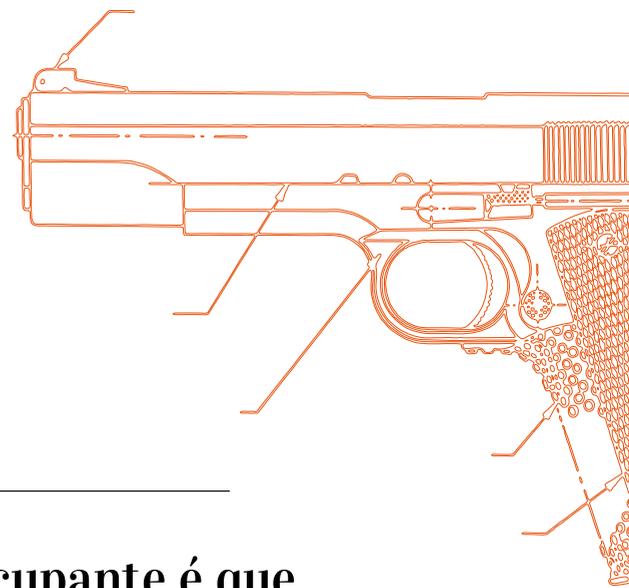
Há alguns anos, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) foi mais longe, calculando que, entre 2008 e 2018, os gastos com segurança cresceram 330%, enquanto o faturamento subiu 245% no mesmo intervalo. Estudos paralelos dizem que, por semestre, essa conta chega à casa do bilhão. “O impacto em São Paulo tem sido devastador”, ressalta Fabio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). “Todo mundo está perdendo dinheiro, porque o fluxo de clientes em algumas regiões caiu drasticamente.”

Com base na sua experiência de 20 anos circulando pelo comércio paulistano, Pina sistematizou as reações dos atores do setor em três dimensões distintas — todas repletas de *trade-offs*. Uma é mudar de ponto, arcando com as incertezas de recomeçar em um novo lugar e, mais do que isso, com os custos necessários para fazer a transição. “Se o imóvel é próprio, por exemplo, tem todo o trabalho de tentar alugar, o que, na situação atual, é improvável, sobretudo no centro de São Paulo. Se for alugado, tem os gastos contratuais — que, mui-

tas vezes, são pesados. Sem contar a desvalorização imobiliária daquela área da cidade.”

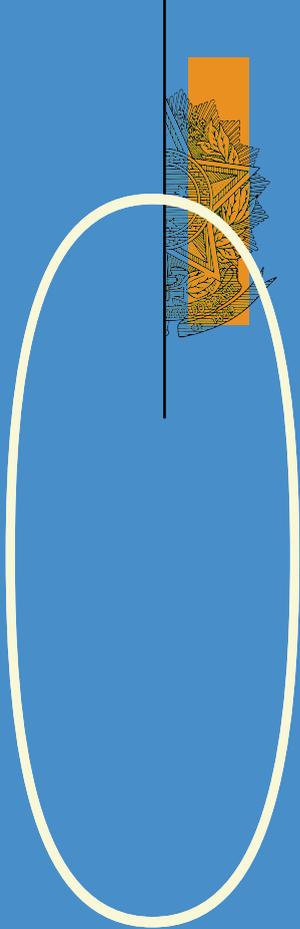
Outros comerciantes têm tomado a decisão de investir em aparelhos de segurança, como câmeras, que também são caros, mas protegem melhor o negócio de assaltos ou roubos maiores. “O problema é que não resolve a questão dos clientes, porque a sensação de insegurança impede que eles cheguem lá”, segue Pina. A terceira saída, que ele considera a ideal no momento, é apostar no e-commerce, que mantém o fluxo de vendas estável, embora prejudique o modelo do empreendimento baseado no ponto físico. “A opção não deixa o lojista mais seguro e traz riscos de perda de clientela, mas é uma maneira de continuar vendendo alguma coisa”, resume. Para Guaracy Mingardi, são todas alternativas já marcadas pelo fracasso na contenção da crise. “O preocupante é que parece que não tem jeito de resolver”, explica. “E, quando tiver, não será tão rápido assim”, finaliza.

&



“O preocupante é que parece que não tem jeito de resolver. E, quando tiver, não será tão rápido assim.”

GUARACY MINGARDI, analista criminal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)



MODERNIZAR PARA CRESCER

O Brasil convive com baixos índices de crescimento econômico há décadas. Na vida cotidiana, os brasileiros se acostumaram com serviços públicos de má qualidade. Fazer negócios no País é mais custoso do que as empresas podem (ou deveriam) pagar. E se a população gasta muito com impostos, o retorno público sobre estes é cada vez pior.

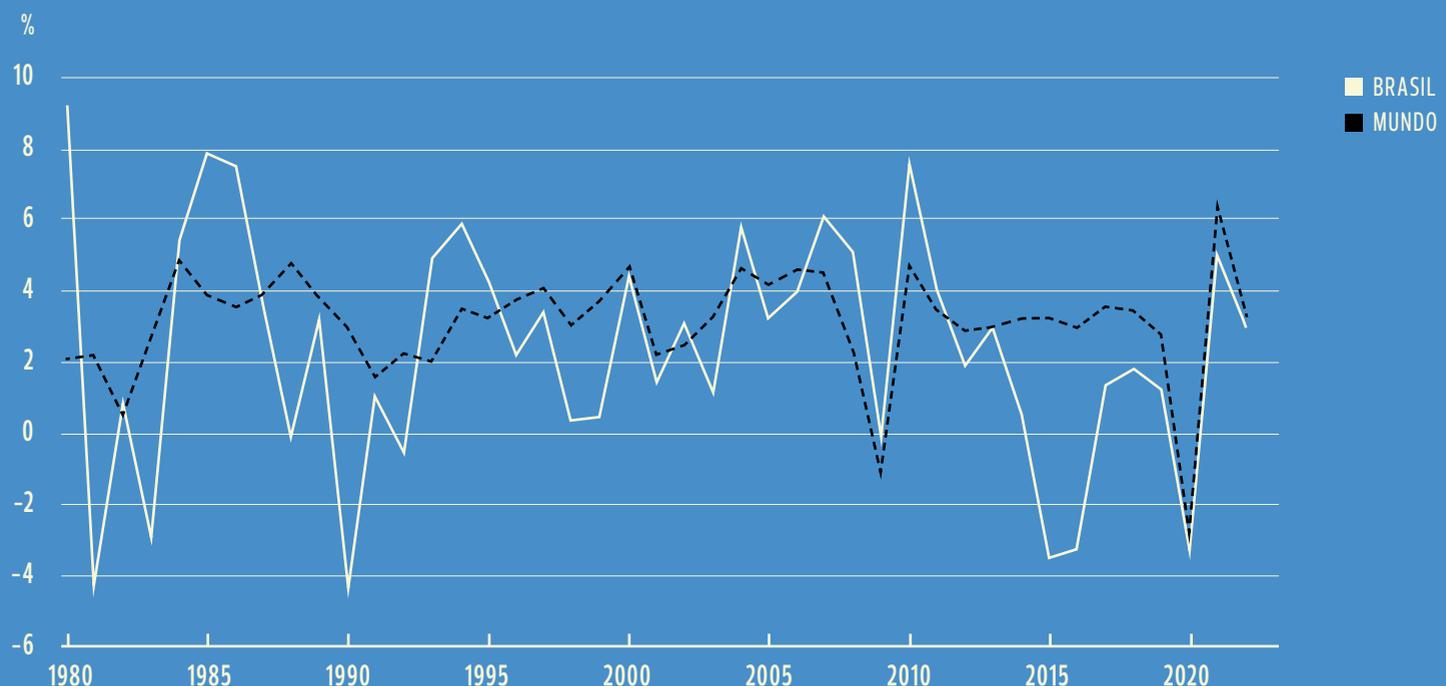
Como afirma Antonio Lanzana, presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) em artigo nesta edição, nas últimas quatro décadas, o Brasil vem mostrando um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) muito abaixo da economia mundial, o que significa dizer que, relativamente, estamos ficando cada vez mais pobres.

Basta observar que se tivéssemos acompanhado o mundo desde 1980, o PIB brasileiro seria 77,5% maior. Mantida a estrutura, a renda média dos brasileiros seria 77,5% maior, os lucros das empresas, 77,5% maiores e os recursos para programas e outras políticas públicas seriam, da mesma forma, 77,5% maiores.

Se a economia cresce de forma errática, o mesmo não se pode dizer dos gastos públicos e da carga tributária.

Tudo isso é consequência de um Estado “inchado” que não para de crescer. Uma máquina burocrática e cara que dificulta a vida de quem emprega, trabalha, empreende e gera renda. Para se ter uma ideia, apenas 1% do orçamento público é destinado aos investimentos que, de fato, são capazes de estimular o crescimento econômico e gerar renda. E enquanto a tração para a expansão da economia arrefece, o Estado cresce às custas de mais impostos. A carga tributária se mantém acima dos 30% do PIB desde o ano 2000.

Diante dos dados, a FecomercioSP defende uma reforma estatal, pois, com menos burocracia, funcionalismo público otimizado e gastos racionalizados, o Estado contribuiria para atrair investimentos ao ambiente de negócios brasileiro e, em paralelo, melhoraria a capacidade de desenhar políticas públicas em áreas prioritárias, como Saúde e Educação, assim como fazer investimentos em setores igualmente importantes, como infraestrutura e segurança pública. Tudo o que o Brasil precisa para decolar.



AO LONGO DE DÉCADAS,
O CUSTO DO ESTADO AUMENTOU.

GASTO PÚBLICO

25%

DÉCADA
DE 1970

40%

HOJE

... E A ARRECADAÇÃO, TAMBÉM

CARGA TRIBUTÁRIA

25%

DÉCADA
DE 1970

34%

HOJE

MAS... COMO FAZER?

1. Promover um reforço da Reforma da Previdência.
2. Viabilizar nova rodada de Reforma da Previdência para Estados e municípios.
3. Vedar a criação de novas despesas obrigatórias pela União, pelos Estados ou pelos municípios.
4. Limitar a possibilidade de promoção anual a 5% dos funcionários públicos, com exceção de promoções que impliquem alteração de atribuições.
5. Barrar o dispositivo de promoção por tempo de serviço.
6. Acabar com concursos baseados na criação de cargos públicos.
7. Definir regras para reajuste de salários já existentes, limitando-se à correção monetária.
8. Diminuir até 25% da carga horária de funcionários públicos, com consequente redução salarial no ano subsequente ao não atingimento de metas estabelecidas para o período anterior.
9. Desenhar um dispositivo no qual, em caso de excesso de arrecadação ou superávit financeiro, o excedente fique reservado ao pagamento das dívidas públicas.
10. Proibir a ampliação e a concessão de novos benefícios tributários.
11. Fomentar a contratação terceirizada em caso de aumento da demanda por mão de obra.
12. Instituir medidas de processos de digitalização e atendimento eletrônico, diminuindo a burocracia e a necessidade de atendimento presencial.



APONTE A CÂMERA DO CELULAR
PARA O CÓDIGO QR E CONHEÇA AS
PROPOSTAS DA FECOMERCIO-SP
PARA MODERNIZAR O ESTADO



O DESAFIO DE ACELERAR O CRESCIMENTO

Nas últimas quatro décadas, o Brasil vem mostrando um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) muito abaixo da economia mundial, o que significa dizer que, relativamente, estamos ficando cada vez mais pobres. Basta observar que, se tivéssemos acompanhado o mundo desde 1980, o PIB brasileiro seria 77,5% maior. Mantida a estrutura, a renda média dos brasileiros seria 77,5% maior, os lucros das empresas, 77,5% maiores e os recursos para programas e outras políticas públicas seriam, da mesma forma, 77,5% maiores.

A explicação para a perda de dinamismo pode ser encontrada na análise dos vetores que determinam o ritmo de crescimento do nível de atividade de um país: investimento e produtividade. A taxa de investimento (investimento/PIB) caiu de 23,3% do PIB, nos anos 1970, para 17,9%, nos dois últimos anos. Ao mesmo tempo, a produtividade da mão de obra, que crescia 4% ao ano no período entre 1950 e 1980, mostrou estagnação nas últimas décadas. O comportamento dessas duas variáveis — investimento e produtividade — foi negativamente impactado pela expansão do Estado na economia brasileira. A carga tributária saiu de 25% do PIB, nos anos 1970, para 34%, atualmente. Os gastos públicos, para o mesmo período de comparação, saltaram de 25,5% do PIB para 41%, considerando o pagamento dos juros.

Agravando esse processo, a composição dos gastos se deu de forma extremamente desfavorável, com crescimento explosivo das despesas correntes (de 20% para 39,5% do PIB, no mesmo período) e redução das despesas de investimento (de 5,5% para 1,5%). E mais: a expansão continuada dos gastos públicos exige taxas reais de juros mais elevadas no processo de controle da inflação. Aumento de impostos, redução dos investimentos públicos e taxas de juros mais altas impactaram negativamente a taxa de investimento — e, conseqüentemente, a capacidade de crescimento do País. Ao mesmo tempo que o Estado aumenta a participação no PIB, o setor privado “encolhe”, e como a produtividade é muito menor no setor público, a produtividade total da economia tende a se reduzir. Vale destacar, ainda, que a expansão das despesas públicas se fez de forma muito ineficiente, como demonstram estudos efetuados pelo Fórum Econômico Mundial e pela própria Secretaria do Tesouro Nacional. As conseqüências dessa ineficiência reduzem a produtividade da economia. Como destaca Paul Krugman (Prêmio Nobel de Economia em 2008), “Produtividade não é tudo, mas, no longo prazo, é quase tudo”.

Ao se destacar a importância da retomada do crescimento, não se está deixando de reconhecer a necessidade da adoção de políticas públicas que combatam a desigualdade no País. Ao contrário do que destacam alguns analistas, não há conflito entre crescimento e políticas sociais. A expansão mais acelerada da economia favorece o combate à desigualdade pela ampliação do emprego e também pela maior disponibilidade de recursos para a adoção de políticas com objetivos redistributivos. É importante, porém, que essas políticas não comprometam a dinâmica fiscal e sejam implementadas com eficácia, eficiência e efetividade para atingir os objetivos.

&

ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

Pressa e desafios inevitáveis

Novos modelos de pensamento, tecnologia, hábitos e negócios tomaram conta do mundo, e a boa e velha moda do “ver, pensar e agir” está sendo substituída pela velocidade e a pressa do ver e, imediatamente, agir. Passar por cima do pensar é um mau conceito de inovação e liderança. Não produz paz de espírito, prosperidade e segurança nem nas decisões pessoais, nem nas econômicas, muito menos na ação política. Viver não é um *rally*, improvisação não é criatividade — e o algoritmo não é Deus.

Sem um sistema mundial de controle e prevenção de riscos e catástrofes, o mundo combina freio e acelerador, luz e sombra, e a melhor escolha nessa hora é cuidar bem de casa, pois as tensões globais ultrapassam fronteiras e andam fora de controle de governos. E dentre os principais riscos globais que enfrentamos, a má gestão da natureza e a mudança crítica nos sistemas terrestres se sobrepõem a quase todos os outros, transmitindo sinais de que a natureza perdeu a paciência com a má gerência da Terra.

Arranjos confusos nos três poderes levam as autoridades a não perceber que o pior significado de uma frase, discurso, lei ou sentença são suas consequências práticas que roubam a energia boa da Nação. Quando a improvisação predomina — e mesmo em acordos e contratos se deixa tudo para a interpretação —, são as próprias instituições que alimentam a controvérsia que domina as conversas sobre a legitimidade das razões do Estado. Para vencer o desnorteamento e criar uma maré alta de otimismo, confiança e prosperidade, é preciso enfrentar alguns tabus. Nenhum tema é inadequado ser for enfrentado de forma informada e verdadeira. E ficar atento ao fato de que, em qualquer setor, fervorosos

defensores de ideias erradas devem ser vistos como desastrosos aliados.

Neste caso, para problemas crônicos largamente diagnosticados ou agudos e evitáveis, a pressa não é inimiga da perfeição. Um deles é compreender mal o presidencialismo, abusar da centralização e não ter paciência para críticas. A consequência, que pode mudar a natureza do Estado, é não levar em conta a importância do federalismo, partilha democrática do poder entre União, Estados e municípios, adotado no Brasil desde a Constituição da República de 1889. Em ano de eleições municipais e início da implantação da nova lei tributária, o Estado precisa se precaver da voracidade da Receita Federal.

Outro ponto, cuja missão modernizadora do País exige imediato enfrentamento, é a Reforma Administrativa para aprimorar o funcionamento estatal. O sistema político, governo e parlamento, não pode esperar que a sociedade perca a confiança nos poderes da União e nas suas instituições seculares. Nem pode assimilar para si o prestígio que desfruta entre os cidadãos que, periodicamente, elegem os preferidos, honrando a democracia representativa. Também o Judiciário não deve se organizar em cima de privilégios de carreira ou funcionar como origami, a arte japonesa de dobrar papel em múltiplas representações. E, assim, quando passa da conta, toda sociedade sente a insegurança das próprias decisões.

São desafios que levam o Brasil ao otimismo cauteloso que o deixa contido e dividido, traduzindo a esperança como situação estática, pela necessidade de mais clareza e confiança. Para enfrentar os problemas inevitáveis, a solução é o Estado atuar ao lado das instituições da sociedade de forma receptiva ao diálogo, com ideias viáveis, de forma planejada, compartilhada, previsível e compreensível.

&



PAULO DELGADO,
sociólogo e diretor
na FecomercioSP



NOVAS “MÁQUINAS DE ENSINAR”

texto LUCIANA ALVAREZ

Professores são insubstituíveis, e o contato humano continua essencial, garante John Domingue, professor de computação na Open University, a maior universidade da Inglaterra. Contudo, com uma visão prática e otimista, Domingue defende que sistemas de Inteligência Artificial (IA) podem ajudar a democratizar a educação, melhorando a experiência do estudante e reduzindo custos. A aposta da democratização recai sobre os assistentes de IA que tiram dúvidas, montam planos de estudos e indicam atividades. É no desenvolvimento de um deles que a equipe de Domingue trabalha atualmente.

Como se envolveu com a IA?
E quais resultados tem alcançado até agora?

Fiz faculdade de Ciência da Computação; depois, um doutorado em IA, lá nos anos 1980. Meu projeto era construir um tutor artificial para ensinar a programar. Na sequência, fui trabalhar com Redes Semânticas, área que possibilitou o surgimento de coisas como as pesquisas no Google. Em 1995, entrei para o Instituto de Conhecimento e Mídia da Open University para desenvolver tecnologias de apoio ao aprendizado. Recentemente, criamos um assistente que ajuda professores a redigir novos conteúdos e estamos desenvolvendo um tutor de IA para os estudantes. Há outras ferramentas já consolidadas, como uma que, desde 2012, ajuda a prever quando um aluno vai ser reprovado. Os tutores (humanos) usam essa informação para tentar evitar as repetências e evasões.

Por que o lançamento do ChatGPT criou um alvoroço tão grande no mundo?
Muita pesquisa vinha sendo feita, mas sempre por trás das cortinas. E quando o ChatGPT chegou, todo mundo já tinha um smartphone à mão, tinha acesso. A ferramenta é

um sistema complexo com uma interface muito simples. Praticamente todo mundo sabe escrever e entender uma resposta na língua materna. Outro ponto incrível é que ele é amplo. Na Netflix, você assiste a filmes. No Spotify, ouve músicas. No Facebook, interage. Mas com o ChatGPT pode escrever músicas, programas de TV, planejar estudos. Como os *inputs* e *outputs* são em linguagem natural, parece que estamos conversando com um agente inteligente. Na realidade, estamos programando um sistema muito complexo de uma forma muito simples. A noção de *prompts* fica escondida, o que é maravilhoso.

Num mundo de respostas rápidas, os jovens parecem perder o interesse pelo estudo formal. As instituições de ensino deveriam se adaptar?

Sim. Se for ao médico ou ao mecânico e ele disser que vai tratar você exatamente como se fazia há 500 anos, você fugiria dali, certo?! Mas nós tratamos as pessoas da mesma maneira nas instituições de ensino há 500 anos. Se esse sistema funciona bem para fazer pesquisa, ótimo. Mas para o ensino-aprendizado, não funciona. Ninguém senta no escritório ou na fábrica de uma forma tão passiva, e não é dessa forma que alguém vai aprender o que precisa. Além disso, o aprendizado, a partir de agora, vai se dar ao longo da vida toda. O ensino precisa ser repensado para integrar aprendizado e trabalho. É sobre isso que devemos nos debruçar neste momento. Mas há outras questões que afastam os jovens, como os altos custos da educação.

Pesquisas indicam que estudantes, mesmo de Ensino a Distância (EaD), querem ter um professor humano. No entanto, já há faculdades com altíssimas taxas de alunos por professor. Teremos, no futuro, uma nova forma de desigualdade entre alunos com e sem professores humanos?

No mundo ideal, cada pessoa deveria ter um tutor humano. Mas, ao mesmo tempo, precisamos quebrar a conexão insidiosa entre exclusividade e qualidade. Na Open, nós nos esforçamos para oferecer uma educação da mais alta qualidade, da forma mais barata possível, para o maior número de pessoas possível. Meu objetivo é tornar a IA a segunda melhor possibilidade depois de um tutor pessoal humano. Essa é uma discussão financeira e política. Podemos, sim, ter mais uma forma de divisão, mas enfatizo que a IA não aparece em um ambiente neutro. Essas diferenças já existiam, não foram as IAs que criaram um novo problema. No trabalho que faço, o objetivo é usar a IA para aliviar o fosso das desigualdades, dar a cada estudante uma experiência educacional de qualidade, de maneira que seja sustentável financeiramente.

Há estudantes com dificuldades em interagir com outros alunos e se alega que eles podem treinar com IAs. O senhor não teme que o ser humano se torne dependente da tecnologia para coisas simples, como iniciar uma conversa?

Tendemos a chamar de tecnologia apenas coisas inventadas depois que nascemos. Discutimos, agora, as IAs, mas nós dois estamos usando óculos, estamos falando por meio da internet, meu sapato está amarrado com cadarços. Já somos dependentes das tecnologias. Imagina viver sem eletricidade? A chave é entender quais são os verdadeiros desejos e objetivos humanos e direcionar a tecnologia para o sentido certo. Para mim, o sentido é melhorar a conexão humana. Na Open, temos estudantes que passaram muito tempo sem estudar e não vão para os grupos de tutoria online, não aparecem em encontros presenciais, porque ficam nervosos. Se dermos espaço para que aprendam a interagir recebendo um feedback imediato de forma segura, pode ser benéfico. O contato humano não será substituído, mas melhorado.

O aprendizado de outros idiomas além da língua materna vai se tornar supérfluo?

De fato, tenho visto demonstrações de ferramentas de tradução automática de vídeos que são impressionantes. O entendimento automático de linguagem, de forma geral, está ficando cada vez melhor. Não sei se o aprendizado de uma segunda ou terceira língua vai desaparecer, mas os sistemas de tradução vão facilitar muitas coisas, porque grande parte do que está na internet está em inglês. A internet vai ficar mais acessível, mais pessoas vão poder entender o que está se passando no mundo. Nossa prioridade deve ser disponibilizar recursos educacionais de alta qualidade em muitas línguas.

O avatar do assistente de estudos da Open University tem o seu rosto, a sua voz. Por quê? Não lhe causa incômodo?

A razão foi de ordem prática: eu dei permissão e não teria problemas de uso de imagem com outras pessoas. Usar minha própria imagem também é conveniente quando faço apresentações: a audiência vê quão boa é a tecnologia, porque tem o exemplar original para comparar. Contudo, para a versão que vai entrar em produção, não será a minha imagem. Estamos pensando em como engajar mais os estudantes e, talvez, usar pessoas famosas, com a devida autorização. Talvez, se alguém quiser convencer adolescentes a estudar, seria apropriado usar uma estrela pop, um esportista. Mas, pessoalmente, não me incomoda. Quando vejo minha imagem falando alemão ou mandarim, acho extraordinário.

&

abcdefghijklmn

opqrstuvwxyz

””

QUANTAS HISTÓRIAS VOCÊ DESCOBRE EM UMA ENTREVISTA? E EM 600?

ASSISTA, LEIA E DESCUBRA COM A GENTE.



UM BRASIL 10 ANOS

O PAÍS ANALISADO
EM ENTREVISTAS
QUE FAZEM
HISTÓRIA



@canalumbrasil

BAIXE A VERSÃO DIGITAL
umbrasil.com/publicacoes

UMA REALIZAÇÃO
FECOMERCIO SP



Ilustração: Anirma de Mattoa

MODERNIZAR PARA CRESCER

A agenda de modernização do Estado precisa avançar no Brasil, embora ainda não tenha parâmetros para isso. A avaliação é do economista Fabio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um de seus trabalhos mais recentes — *Reforma do Estado brasileiro, transformando a atuação do governo*, lançado em 2020 — conclui que uma reestruturação estatal deve ter como fator central a eficiência. E há problemas que podem ser atacados desde já, como o peso dos gastos sociais na composição das despesas públicas nacionais. Isso acontece porque um Estado obsoleto pesa sobre a economia. Há mais de 40 anos, o Brasil fica para trás quando o assunto é crescimento econômico. De 1980 para cá, se o País tivesse crescido no mesmo ritmo do mundo, o Produto Interno Bruto (PIB) seria 77,5% maior.

Raio X da longevidade

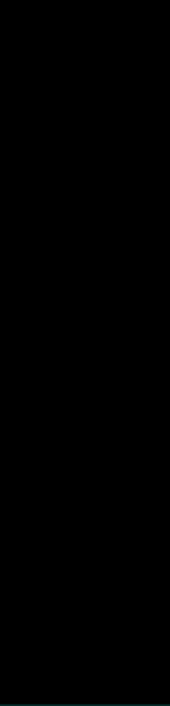
Diante do envelhecimento a passos largos da população brasileira, especialistas garantem que, em breve, seremos uma nação de idosos. De acordo com os dados do Censo 2022, pessoas com mais de 65 já são 10,9% do total no País — 12 anos antes, a proporção era de 7,4% —, enquanto a taxa de natalidade de 0,52% é a menor da série histórica. Os números reforçam a urgência de medidas que evitem um colapso dos sistemas de Saúde e Previdência nas próximas décadas.

Pobreza menstrual

Uma em cada quatro meninas brasileiras falta à escola no período menstrual por falta de itens de higiene. Além disso, 32% das jovens entre 14 e 24 anos declaram que não têm dinheiro para comprar absorvente. O tema, de fundamental importância para a saúde feminina e motivo de exclusões educacional e no mercado de trabalho, é pauta da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), que defende que produtos de cuidados básicos à saúde menstrual façam parte dos itens contemplados na redução de 100% das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

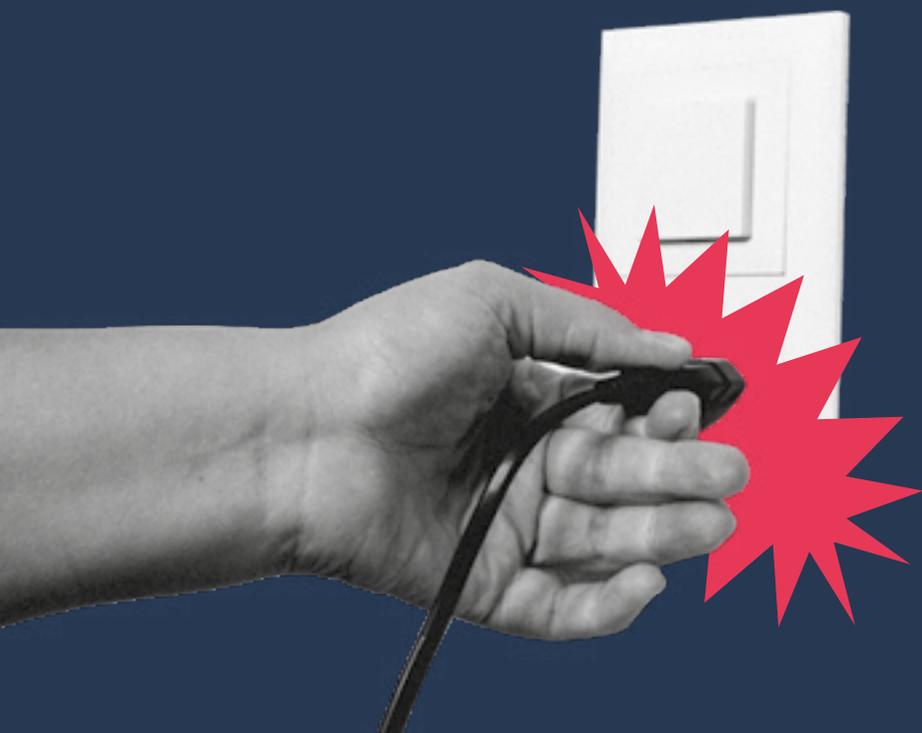
Contradições da COP29

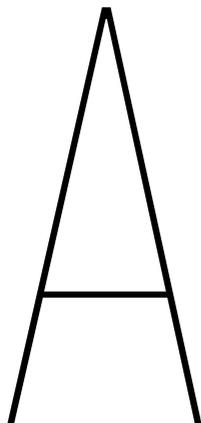
A menos de oito meses do início, controvérsias marcam a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP29, que acontecerá em novembro, no Azerbaijão. Tudo começou no fim de 2023, quando a Armênia, em guerra com o país-sede da conferência deste ano, renunciou à candidatura em favor do vizinho, que acabou se tornando a única opção para receber o evento. A questão é que o anfitrião da COP29 é um dos principais produtores de petróleo do mundo, num contexto no qual o objetivo global é reduzir o consumo de combustíveis fósseis, aos buscar alternativas de energia renovável para conter as mudanças climáticas.



ENERGIA EM LIVRE ESCOLHA

texto GUILHERME MEIRELLES | ilustração PAULA SECO





A chegada da conta de luz sempre é motivo de dor de cabeça para os diretores do BomMix Supermercado, estabelecimento fundado em 2008, na cidade de Limeira (SP). “Chegamos a pagar uma conta de R\$ 50 mil no período de escassez hídrica, mas o valor médio era na faixa de R\$ 40 mil mensais”, recorda Arlindo Calsa Filho, diretor comercial da loja. Foram várias as vezes que tentaram alternativas à rede convencional para suprir, por um menor preço, a demanda de uma área de 3,5 mil metros quadrados, fornos de padaria e 120 metros quadrados de câmaras frias ligadas ininterruptamente. “Fizemos um projeto de geração distribuída para painéis fotovoltaicos, mas não havia área disponível. Durante alguns meses, optamos pelo gás, que foi vantajoso inicialmente, mas o preço disparou durante a crise energética com a Bolívia e retornamos para a eletricidade. Para buscar economia no horário de pico, entre 17h30 e 20h30, passamos a usar geradores a diesel. Tivemos uma economia média de R\$ 5 mil, mas continuamos insatisfeitos com o barulho e a poluição, que incomodavam os clientes”, diz.

A solução definitiva veio em meados do ano passado, após a publicação da Portaria 50/2022, que liberou a adesão de todos os consumidores conectados em alta tensão ao mercado livre de energia a partir de 1º de janeiro de 2024. Até então, só era permitido o acesso dos consumidores do chamado Grupo A — conectados em alta tensão, ou seja, em redes de corrente alternada entre 69 kilovolts (kV) e 138 kV, que tivessem um consumo mínimo exigido de 500 kWatts (kW), como grandes indústrias, hospitais, shopping centers e demais estabelecimentos de grande porte. Com um consumo de 120 kW, o estabelecimento era impedido de contratar por livre escolha.

Conforme as exigências da portaria, o BomMix notificou a distribuidora Elektro, que atende ao município, com seis meses de antecedên-

cia e contratou os serviços da comercializadora e gestora Migratio para o processo de transição, o que resultou em uma operação de compra no mercado livre por três anos, com reajuste anual pelo IPCA, o índice de inflação oficial. E, desta vez, a chegada da primeira conta, em janeiro, surpreendeu até mesmo os mais otimistas. “A conta de energia contratada pelo mercado livre foi de R\$ 13 mil. A última conta da Elektro, em dezembro, havia sido de R\$ 42 mil”, afirma Calsa Filho, que aguarda ainda o valor do chamado “custo do fio”, a ser enviada pela Elektro. Pelas normas do mercado livre, o consumidor recebe duas contas, uma da energia contratada e outra da distribuidora responsável pela transmissão. Isto é, ao ingressar no mercado livre, o consumidor passa a ter a liberdade de contratar a carga e negociar o preço e o tempo de contrato, mas continua vinculado à distribuidora da sua região, sendo que cada empresa tem a uma tarifa própria pelo uso do fio, o que acaba sendo o principal fator que determina a economia da tarifa final. A expectativa do BomMix é poupar R\$ 13 mil mensais, além de não se preocupar com eventuais intempéries climáticas e as consequentes oscilações de custos em razão das bandeiras tarifárias impostas pela Aneel, a agência responsável pelo sistema elétrico. “Vamos investir essa economia em melhorias no supermercado”, afirma o diretor.

CRESCIMENTO DE 50%

A decisão do BomMix não é caso isolado. Segundo projeção da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pela comercialização e operacionalização do mercado, que congrega geradores, distribuidores, comercializadores e consumidores, cerca de 12 mil pequenas e médias empresas demonstraram interesse em aderir ao mercado livre ao longo deste ano, volume que pode chegar entre 20 mil e 24 mil nos próximos meses. Só em janeiro, houve a migração de 3 mil empresas, justamente aquelas que comunicaram antecipadamente a mudança para as respectivas distribuidoras. Ainda de acordo com a CCEE, em dezembro, 38 mil unidades consumidoras eram aderentes ao modelo. Caso a estimativa da CCEE se confirme, com a entrada dos pequenos e médios, haverá um crescimento de 50% na aderência ao mercado livre, o que vai gerar uma relevante alteração no perfil quanto a tamanho e ramo de atividade.

Há 11 anos atuando em gestão, planejamento e comercialização de energia, a Migratio Gestão e Comercialização de Energia Elétrica registrou, em janeiro, 40 operações de migração rumo ao mercado livre. “Em anos anteriores, eram menos de dez ao mês”, afirma Hélio Lima, sócio da empresa, que conta, hoje, com 150 pontos contratados e espera fechar o ano com 400 pontos, a maior parte em municípios atendidos pela distribuidora Elektro, no interior paulista. Segundo Lima, as migrações têm ocorrido em diversos setores, como escolas, igrejas, pequenos comércios, bares, restaurantes e padarias. São clientes com conta mensal média em torno de R\$ 10 mil. As aparentes vantagens do mercado livre em relação ao chamado Ambiente de Contratação Regulada (ACR), na qual o consumidor é obrigado a comprar a energia da distribuidora da sua região, devem ser minuciosamente analisadas. Em alguns casos, diz Lima, não vale a pena. “É o caso de empresas de irrigação, que têm tarifas especiais para o período noturno. Se aderirem ao mercado livre, perdem os benefícios”, diz.

NA PONTA DO LÁPIS

Mas, afinal, qual é a economia proporcionada? O consumidor pode ficar decepcionado? “O cliente não vai se frustrar. Quem migrar pode ter economia de até 30% na conta de luz, mas a média deve ficar entre 15% e 20%”, garante Carlos Faria, presidente da Associação dos Consumidores de Energia (Anace), entidade que reúne as principais indústrias e empresas do setor de Comércio e Serviços, responsáveis pelo consumo de 10 mil MW médios, como WEG, BRF, Cargill, BRMalls e Villas. O mercado livre permite que, em um mesmo contrato, sejam incluídas várias unidades dentro de um mesmo CNPJ, o que pode ser muito vantajoso para grandes grupos, mas não necessariamente para pequenos estabelecimentos. “Em toda a

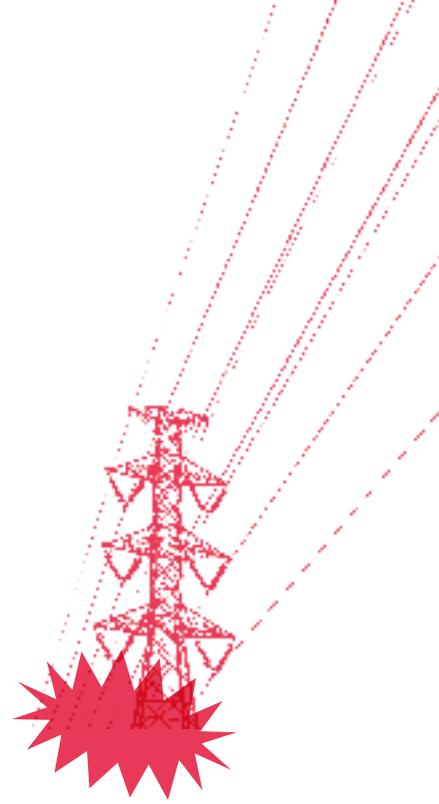
operação, é recomendável ter o acompanhamento de uma gestora de planejamento energético, de preferência que não seja ligada à comercializadora varejista para não haver conflito de interesses”, afirma. Em média, os custos mensais de uma consultoria equivalem aos de um escritório de contabilidade. Para empresas pequenas, fica em torno de R\$ 2 mil por mês, quantia que pode inviabilizar a economia em casos de contas de luz mensais no valor de R\$ 10 mil.

Especialistas recomendam ainda que a decisão leve em conta as tarifas das distribuidoras (a taxa do fio) que determinará o real percentual de economia do consumidor. Segundo comparativo elaborado pela Migratio com 51 distribuidoras de todo o País, a economia pode ser de até 42%. Especificamente no Estado de São Paulo, revela o estudo, as tarifas cobradas pelas sete concessionárias de fornecimento de eletricidade variam entre R\$ 446,60, no caso da Enel São Paulo, e R\$ 574,92 o MWh, no caso da Elektro — a distribuidora com a tarifa mais cara do Estado. Citando o caso da distribuidora CPFL Piratininga, que cobra uma tarifa de R\$ 493,59 por MWh aos consumidores do mercado cativo, a tarifa mensal com o mercado livre pode cair a R\$ 309,03, uma economia de 37%.

A diferença entre os preços da energia praticados no mercado cativo e no mercado livre está na não incidência de algumas tarifas cobradas dos clientes das distribuidoras, como a tarifa extra dos horários de pico (entre 17h30 e 20h30). Pesa também a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD), que incide apenas parcialmente nos clientes do mercado livre que adquirem a energia incentivada proveniente de fontes renováveis. No caso dos consumidores residenciais, presos ao mercado cativo, a TUSD vem embutida na conta única enviada mensalmente pela distribuidora, variando conforme a concentração de consumido-

res na região atendida. Outro ponto a ser observado é quanto ao momento de entrada no mercado livre. Por ser um setor diretamente impactado pelas oscilações climáticas, a empresa que fecha o contato em um período sem restrição energética (com bandeira verde, o que indica chuvas abundantes) consegue um preço fixado, que é reajustado conforme o índice escolhido entre as partes, normalmente o IPCA. Assim, essa previsibilidade evita sustos na hora da chegada da conta — como ocorreu entre setembro de 2021 e abril de 2022, quando perdurou a bandeira de escassez hídrica e a cobrança extra de R\$ 14,20 por cada 100 kWh de energia consumida. Em 2021, o Brasil viveu a maior seca dos últimos 91 anos, com o registro de interrupção no fornecimento de grandes hidrelétricas. Houve, então, o acionamento das termelétricas movidas a combustíveis fósseis, que, além de poluentes, têm energia mais cara que a de fontes limpas.

Segundo Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o modelo é positivo, mas necessita de aperfeiçoamentos. “O mercado apresenta algumas distorções, como reservas de mercado e subsídios, que são desnecessários e podem ser revistos com o objetivo de melhorar a eficiência e reduzir o custo para o consumidor. Outra questão relevante é a má alocação de custos e riscos, como o risco hidrológico indevidamente alocado no consumidor.” Na visão de Luiz Maurer, ex-presidente da Anace e ex-consultor do Banco Mundial, a principal distorção está na política de subsídios às plantas de renováveis (eólica e solar) em regiões distantes dos grandes centros. “Não deve haver subsídios para transmissão em plantas distantes, e o custo de manter a luz acesa precisa ser arcado por todos. Corrigir não significa abandonar a geração renovável, mas buscar



uma otimização que leve em conta, dentre outros fatores, os custos de transmissão”, afirma.

As datas das próximas etapas para o acesso ao mercado livre de energia já estão definidas. A partir de 1º de janeiro de 2026, poderão acessá-lo todos os consumidores atendidos em baixa tensão do Grupo B (conexão em tensão menor que 2,3kV), exceto os das classes residencial e rural. Por fim, com data marcada para 1º de janeiro de 2028, a migração passa a valer para todos os consumidores residenciais, tanto da zona urbana como rural, classificados no Grupo B. Finalizado o ciclo, o Brasil passará a integrar o clube dos 35 países que, hoje, têm acesso universalizado à compra de energia, grupo que reúne países da Europa, Japão, Coreia do Sul, Austrália e vários Estados norte-americanos.

Segundo ranking atualizado da Abraceel, o País ocupa a 47ª posição em uma lista de 56 nações em que há algum tipo de norma autorizando consumidores a participar do processo de livre escolha de compra de eletricidade. É bom lembrar que o mercado livre de energia está longe de ser uma novidade, uma vez que foi lançado em 1966, mas, apesar de inúmeras tentativas de ampliação, a flexibilização só veio neste ano. “Caso o Brasil já tivesse um mercado livre de energia elétrica acessível a todos, o que poderia ter sido instituído desde 2003, o País ocuparia a quarta posição, logo atrás da França. Japão e Coreia do Sul ocupam a primeira e a segunda posições, respectivamente”, afirma Ferreira, da Abraceel.

Frente à crescente preocupação pela busca de fontes limpas, a tendência é de haver uma demanda cada vez maior por energia fotovoltaica. Dados da Abraceel, referentes a 2022, apontam que 57% da energia solar gerada por usinas foram comercializados no mercado livre. Segundo Christian Cecchini, especialista técnico regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica

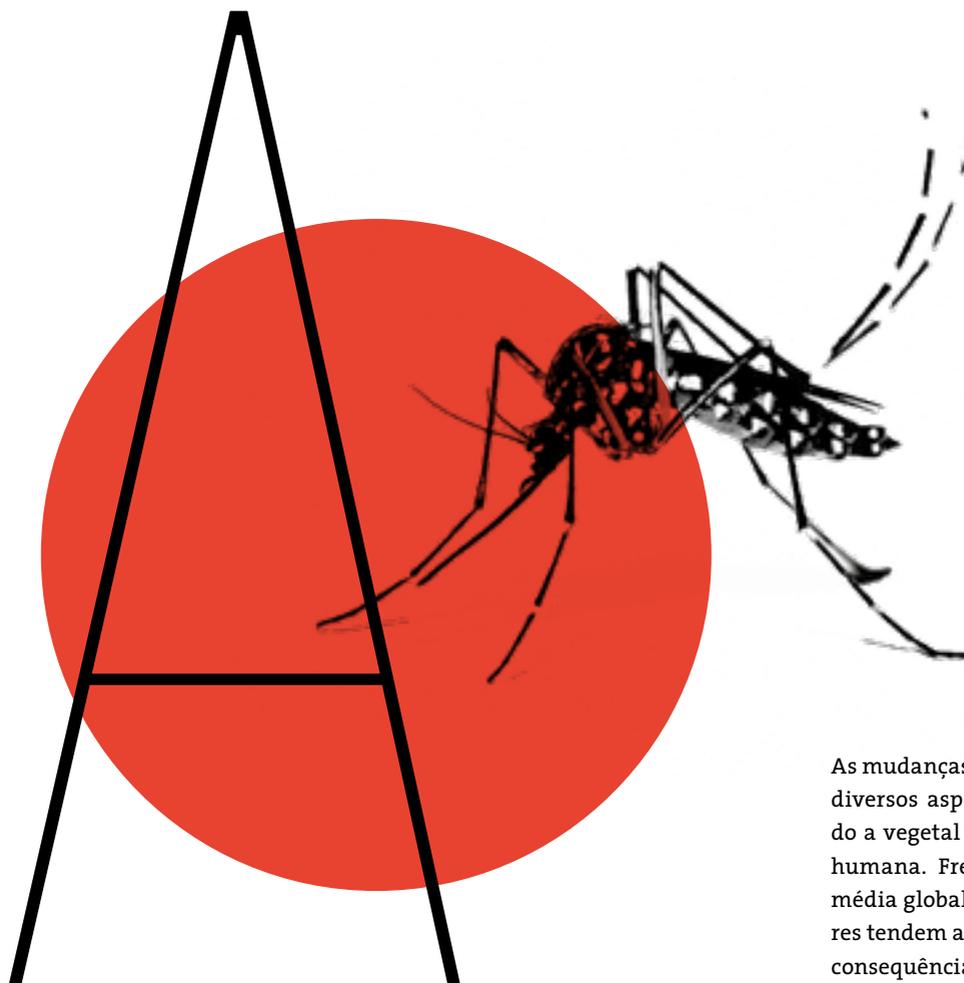
**“O CONSUMIDOR NÃO VAI SE FRUSTRAR.
QUEM MIGRAR PODE TER ECONOMIA DE
ATÉ 30% NA CONTA DE LUZ, MAS A MÉDIA
DEVERÁ FICAR ENTRE 15% E 20%.”**

CARLOS FARIA, presidente da Associação
dos Consumidores de Energia (Anace)

(Absolar), a potência instalada supera 39 GW (gigawatts), somando as usinas de grande porte e os sistemas de geração própria em telhados, fachadas e pequenos terrenos. “Hoje, o maior gargalo são as conexões com os sistemas de transmissão, já que as principais usinas estão no Nordeste, e os centros consumidores, no Sudeste”, explica.

A partir de 2028, com a entrada dos consumidores residenciais, Cecchini defende a criação um novo modelo agregador que faça a ponte entre clientes, comercializadoras e geradores. “Não vai dar para sobrecarregar a CCEE”, afirma. Com a expansão da base de clientes, diz, a tendência é a certificação de comercializadoras voltadas unicamente a operações de combos de energia limpa, que poderão englobar, ainda, fontes eólicas, biomassa e hidrogênio. “Mas as regras para o Grupo B ainda não foram anunciadas”, lembra. Em tese, o mercado livre pode representar uma concorrência para o modelo de geração distribuída, mas, de acordo com o especialista, é preciso analisar caso a caso. “É recomendável comparar a taxa do fio da distribuidora com os custos do sistema fotovoltaico, já que, obrigatoriamente, o cliente terá de usar os serviços da distribuidora local.” O especialista da Absolar faz um alerta também quanto à eficiência energética das placas, que fica em torno de 22%, conforme a quantidade de horas de insolação. “À noite, a eficiência energética cai 50%”, adverte.

&



Ciência brasileira de olho nos mosquitos

SOBRE A BORI

A BORI desenvolve soluções para tornar o conhecimento científico acessível, por exemplo, por meio do mapeamento e da disseminação de estudos científicos de excelência de pesquisadores do Brasil à imprensa nacional. A proposta é impactar positivamente a sociedade e as tomadas de decisão com base em evidências científicas. Acesse abori.com.br ou fale com a gente no bori@abori.com.br.

As mudanças do clima têm o potencial de afetar diversos aspectos da vida no planeta, incluindo a vegetal e a animal, com reflexos na saúde humana. Frente ao aumento da temperatura média global, as populações de mosquitos vetores tendem a crescer e se expandirem — e, como consequência, também aumenta a incidência de doenças transmitidas por eles, como a dengue, a febre da zika e a leishmaniose. Em artigos inéditos publicados na *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, pesquisadores brasileiros deram passos importantes para o rastreamento de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* em ambientes urbanos e para o diagnóstico mais efetivo da leishmaniose visceral, transmitida pelo mosquito-palha (*Lutzomyia spp.*).

Pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) encontraram indícios de vírus da zika e da chicungunha em ovos de *Aedes aegypti* coletados em Goiânia. Mosquitos que nasceram desses ovos já estavam infectados antes mesmo de picar humanos, o que indica que houve transmissão vertical entre fêmea e larvas. Esse contágio, que acontece quando os vírus passam do mosquito fêmea para os ovos, pode fazer com que a doença seja transmitida para humanos de forma mais rápida. “Em vez de ser apenas hospedeiro, o mosquito carrega o vírus desde o nascimento”, explica o pesquisador da UFG e autor do estudo, Diego Michel. O último relato de transmissão vertical foi detectado em 2017, em outras regiões da cidade.

Os pesquisadores criaram mosquitos em laboratório a partir de ovos coletados com armadilhas espalhadas em Goiânia pela vigilância sanitária. Um total de 1,57 mil fêmeas foram desenvolvidas de forma controlada em 157 reservatórios. Foram realizados testes, como o PCR (Reação em Cadeia da Polimerase), para identificar a presença dos vírus da dengue, da chicungunha

e da zika. Dois reservatórios — ou seja, 20 mosquitos — testaram positivo para o vírus do segundo e um para o vírus do terceiro.

Ainda que a detecção dos vírus seja baixa, essa quantidade de mosquitos pode contribuir para a persistência desses agentes em ambientes urbanos. Por isso, de acordo com Michel, o resultado do estudo serve de alerta para as autoridades de saúde pública de Goiânia. O trabalho foi mapeado pela tecnologia da BORI, selecionado e disseminado de maneira antecipada à imprensa. Saiu imediatamente em mais de 60 veículos de todo o País — incluindo vários do Grupo Globo: GloboNews, *Jornal Nacional*, *G1* local, afiliada local da Globo e no programa *Saúde em Foco* da CBN, além de veículos como *Folha de S.Paulo* e Agência Brasil.

DIAGNÓSTICO PRECOCE DA LEISHMANIOSE VISCERAL

Em outra pesquisa recente, cientistas brasileiros jogaram luz em uma doença tropical que ainda afeta de maneira importante o País: a leishmaniose visceral. A doença atinge os órgãos internos, geralmente baço, fígado e medula óssea. O alerta foi de que a identificação precoce, a idade e os níveis de hemoglobina podem definir a possibilidade de sobrevivência de uma criança infectada. O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Minas Gerais. Eles verificaram, ainda, que a probabilidade de sobrevivência de pacientes com a doença caiu 22% um ano após o início dos sintomas sem receber diagnóstico, além do fato de que crianças mais novas tinham menos chance de sobreviver.

Os pesquisadores estimaram a probabilidade de sobrevivência de 972 pacientes internados com leishmaniose visceral no Hospi-

tal Universitário Clemente de Faria, em Montes Claros, num período de 20 anos. Mais de 65% dos casos analisados eram de crianças de até dez anos. Eles coletaram uma série de informações socioeconômicas, laboratoriais, clínicas e diagnósticas dos pacientes, além de registros médicos de tratamento e evolução da doença e aplicaram uma análise estatística. Os dados mostram que a mortalidade é mais alta entre os mais jovens: a cada ano adicional de vida, a chance de sobrevivência aumenta 3%.

A redução nos níveis de hemoglobina também foi relacionada a uma maior taxa de mortalidade por leishmaniose visceral na população analisada. A diminuição acontece conforme a infecção avança, o que indica que a rapidez no diagnóstico é crucial para salvar vidas. O risco de vida diminuiu 45% a cada aumento de uma unidade na concentração da proteína sanguínea. A leishmaniose visceral, uma doença grave causada pelo protozoário *Leishmania chagasi*, é endêmica na região de Montes Claros. É mais comum entre crianças menores de dez anos, nas periferias das cidades, em locais de acúmulo de lixo e resíduos a céu aberto. “Normalmente, o primeiro diagnóstico é virose, então somente os sintomas são tratados e se prorroga o diagnóstico também”, explica Igor Monteiro Lima Martins, coautor do estudo.

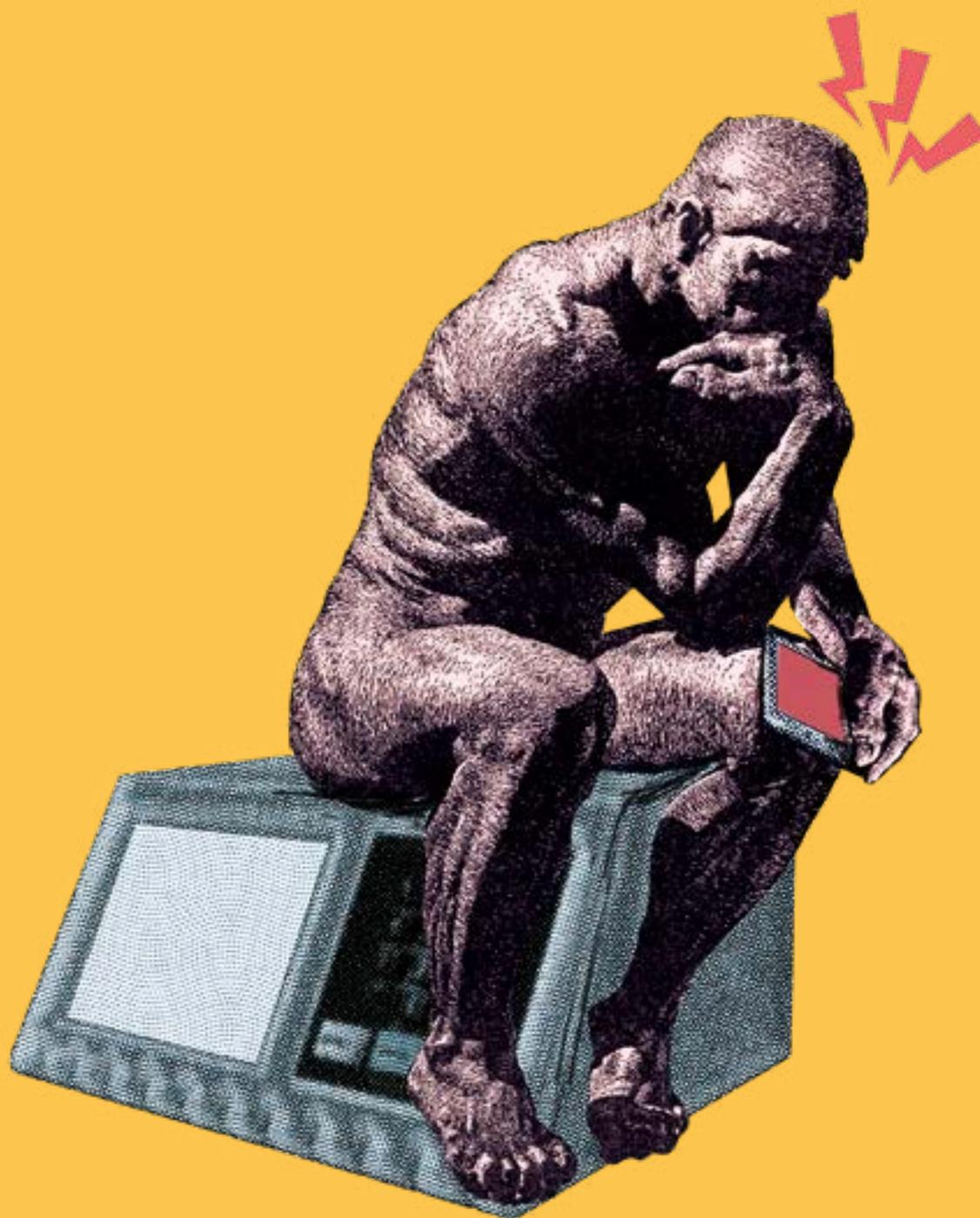
Segundo o pesquisador, o trabalho serve para alertar o profissional de saúde que atua em áreas endêmicas de leishmaniose. A tríade clássica de sintomas da doença — febre persistente e intermitente há três ou mais semanas, perda de peso e palidez —, bem como o aumento do tamanho do fígado e do baço, são sinais importantes. Além de acelerar o diagnóstico, Martins ressalta a importância de ações de controle da leishmaniose por meio da eliminação de focos do mosquito-palha.

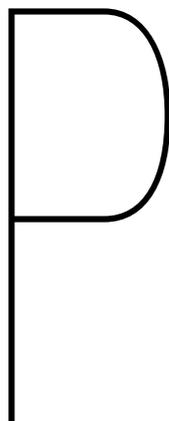
DESCOBERTA DE OVOS DE *Aedes Aegypti* COM O VÍRUS DA ZIKA E DA CHICUNGUNHA, EM GOIÂNIA, E DA IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE EM CASOS DE LEISHMANIOSE EM MINAS GERAIS REVELAM DESAFIOS ATUAIS DA SAÚDE PÚBLICA



INTELIGÊNCIA NAS ELEIÇÕES

texto MARCUS LOPES | ilustração JÔNIA CAON





Personagem de destaque na história do Brasil, José Bonifácio de Andrada, o patrono da Independência, também carrega passagens pouco abonadoras na biografia. Dentre elas, o hábito de publicar notícias falsas em jornais da época com o objetivo de confundir a população e tumultuar o cenário político. “Podemos dizer que José Bonifácio é o fundador das *fake news* no Brasil”, explica a escritora e historiadora Mary Del Priore, autora do livro *As vidas de José Bonifácio* (Estação Brasil, 328 páginas).

Em 1823, um ano após o imperador D. Pedro I declarar a Independência, Bonifácio fundou, no Rio de Janeiro, um jornal chamado *O Tamoyo*. Dentre outras inverdades e fofocas políticas, as páginas do periódico serviam para autopromoção e consideravam o patrono da Independência — que entraria em rota de colisão com o jovem imperador — o único herói e responsável pela libertação do País de Portugal. A invenção acabou convencendo muita gente e virou quase fato consumado até os dias de hoje. “Bonifácio se colocava como a pessoa que fez a Independência do Brasil. Mas nós sabemos que, em política, nada é feito por uma pessoa só, e, certamente, ele não estava sozinho”, explica Mary, lembrando que o pós-Independência foi um período de ebulição política, circulação de boatos e disseminação de todo o tipo de informação falsa, em especial por meio de pequenos jornais.

Dois séculos depois, os métodos de desinformação se sofisticaram, mas a essência continua a mesma: pessoas e grupos políticos lançam mão de informações falsas, ou meias-verdades, para tentar vencer e, de preferência, aniquilar o adversário político. Se, na época do patrono, o papel impresso era o principal meio de disseminação de *fake news*, nas eleições deste ano — em que serão escolhidos novos prefeitos e vereadores de 5,57 mil municípios brasileiros —, os métodos de criação de conteúdo falso ganham um sofisticado componente: a Inteligência Artificial, ou IA.

A principal preocupação de autoridades e especialistas em comunicação política é com o *deepfake*, tecnologia em que a voz, o timbre e as imagens das pessoas são recriadas com notável perfeição, mas para a produção de conteúdo falso. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) investiga denúncias de uso indevido da IA na adulteração de falas e diálogos dos prefeitos que devem tentar a reeleição em outubro com o objetivo de prejudicá-los. Na prática, o eleitor recebe por canais

de comunicação, como o WhatsApp, um áudio ou vídeo do candidato em que ele afirma algo que, na verdade, não disse. O perigo representado pelos *deepfakes* levou o TSE e o Congresso Nacional a estudar medidas eficazes para evitar uso indevido da tecnologia. No dia 27 de fevereiro, a instância jurídica aprovou uma resolução que proíbe esses vídeos no processo eleitoral e determina que a IA só poderá ser usada mediante aviso explícito de que a peça ou o conteúdo foi elaborado a partir de uma ferramenta do tipo. O objetivo é disciplinar o uso da tecnologia e evitar a disseminação de desinformação e conteúdo falso durante as eleições. Pela resolução do TSE, o candidato que utilizar *deepfake* pode ter o registro cassado. A decisão da Justiça Eleitoral já é válida para as eleições de 2024.

“A Inteligência Artificial é um avanço tecnológico que pode ser desvirtuado pelo ser humano. Até se comprovar que aquilo que foi divulgado não é verdade, milhões de pessoas podem ter tido acesso [a vídeos ou áudios]”, explica Rony Vainzof, advogado especializado em proteção de dados e consultor de cibersegurança da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). “Posteriormente, nem todas terão acesso ao desmentido. Mesmo entre as que tiverem, nem todas acreditarão”, completa o advogado, que também é diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Por outro lado, a tecnologia pode ser uma importante aliada no processo eleitoral, desde que utilizada corretamente e de maneira legítima. “Não podemos demonizar qualquer tecnologia, mas refletir sobre as soluções em diversas frentes para mitigar o risco de manipulação da realidade e evitar que os eleitores sejam enganados”, defende Vainzof.

Especialistas em marketing político apontam as vantagens da ferramenta, como maior alcance e potencial da propaganda política. É possível, por exemplo, produzir vídeos em que o candidato apresenta, de forma personalizada e com recursos de IA generativa, as suas propostas para determinada região ou grupo de eleitores de uma forma muito mais eficiente, atraente e legítima. “Há um ganho inegável em velocidade e produtividade na produção de comunicação”, explica o marqueteiro Justino Pereira, que atua em campanhas eleitorais desde 1992 e, atualmente, integra a equipe de comunicação da pré-candidatu-

ra do deputado federal Alencar Santana (PT/SP) à Prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo. Apesar de ser o segundo maior colégio eleitoral do Estado, atrás apenas da capital, a cidade com cerca de 870 mil eleitores não tem horário gratuito na televisão e recebe pouca atenção da grande mídia, inclusive para a realização de debates. Isso obriga os profissionais de marketing e candidatos guarulhenses a dedicar atenção especial às mídias alternativas, como as redes sociais, situação semelhante enfrentada em outras cidades de médio e grande portes espalhadas pelo País, principalmente no interior. “As pessoas tendem a ver um lado negativo da IA. De fato, é necessário muito cuidado. Mas também existe um lado positivo, que é a possibilidade de multiplicar o discurso dos candidatos e levar a mensagem ao leitor utilizando os *bots*”, diz Pereira. Veterano em campanhas municipais em cidades de grande porte na Grande São Paulo, como Guarulhos, Cotia e Mogi das Cruzes, Pereira coordenou oito campanhas a partir dos anos 1990, das quais teve sucesso em quatro. Ele ainda afirma que, mesmo com o avanço tecnológico, o corpo a corpo com os eleitores e as mídias tradicionais — os “santinhos” com nome e número dos candidatos em papel, além de panfletos, carros de som e cartazes espalhados pelas ruas — ainda são importantes na disputa. “Grande parte dos usuários costuma entrar nas próprias redes sociais uma vez por mês ou menos do que isso.

Isso exige, ainda hoje, uma campanha que combine todos os recursos online e offline”, ressalta o marqueteiro.

Outra vantagem da utilização da IA é a economia de recursos, inclusive públicos, já que as campanhas são custeadas pelo fundo eleitoral, estimado em R\$ 4,9 bilhões em 2024. A tecnologia dispensa a necessidade de grandes equipes e gastos para a montagem de peças publicitárias pelos postulantes — o que contribui, inclusive, para tornar o processo mais democrático. “A eficiência da Inteligência Artificial pode ser utilizada por candidatos a prefeitos e vereadores que não tenham recursos financeiros (ou tempo de televisão) a fim de aprimorar campanhas de marketing e estratégias de engajamento, levando planos de governo aos seus eleitores”, cita Vainzof.

A cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e professora e pesquisadora na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tem opinião semelhante. A IA, diz, pode auxiliar no processo democrático em situações como tempo de apuração de resultados, acompanhamento das campanhas durante o processo eleitoral e aprimoramento da fiscalização das condutas de candidatos. “A tecnologia avançada, quando bem utilizada, pode ajudar muito a democracia. A questão é como compatibilizar o bom uso dela com a aplicação de um conjunto de regras e normas para coibir o uso irregular”, ressalta.

**“NÃO PODEMOS DEMONIZAR QUALQUER
TECNOLOGIA, MAS REFLETIR SOBRE AS SOLUÇÕES
EM DIVERSAS FRENTES PARA MITIGAR O RISCO
DE MANIPULAÇÃO DA REALIDADE E EVITAR
QUE OS ELEITORES SEJAM ENGANADOS.”**

RONY VAINZOF, advogado especializado em proteção de dados e consultor de cibersegurança da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

SEGURANÇA EM PAUTA

O avanço do uso da IA não deve ser a única novidade nesta eleição. Aos assuntos que tradicionalmente são abordados por eleitores e candidatos em pleitos municipais — saúde, educação, serviços públicos e mobilidade urbana —, devem ser incorporados outros, como segurança pública, mudanças climáticas e privatizações. A polarização, que já existe na esfera nacional (lulismo versus bolsonarismo), também deve influenciar as eleições locais, principalmente nas grandes cidades, segundo cientistas políticos. “Estas eleições serão diferentes das outras em vários aspectos. Antes, tínhamos uma pauta muito mais voltada às questões locais, como buraco de rua e serviços municipais. Agora, deveremos ter mais temas nacionais e estaduais, como segurança”, explica a cientista política Deysi Ciocari, que acredita que essa discordância política, que se arrasta desde 2018, empobrece a discussão de temas relevantes e de interesse direto da população. “A política já é vista pelas pessoas como algo distante e muito ligado às práticas de corrupção. Quando surge essa guerra polarizada, a situação se agrava, e as pessoas acabam perdendo o interesse. Assim, assuntos que realmente importam no processo de escolha do eleitor perdem espaço”, explica a cientista.

A polarização deve ser maior nas grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde o que está em jogo é o futuro político dos grupos ligados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Além disso, nos grandes centros está prevista a realização de segundo turno, geralmente disputado por duas candidaturas de linhas políticas antagônicas. Nesses locais, deve haver envolvimento direto de Lula e Bolsonaro na consolidação dos palanques. “Todo pleito eleitoral necessita da participação de grandes líderes. Eles sabem a importância disso, até para um aquecimento para 2026, quando haverá eleições presidenciais”, diz Bruno Hoffmann, presidente do Clube Associativo dos Profissionais de Marketing Política (Camp).

O cientista político Rodrigo Prando, professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie, vai além e destaca as mudanças ocorridas no comportamento de parte dos cidadãos nos últimos anos. “É uma eleição que pode trazer à tona a calcificação dos posicionamentos políticos observados na sociedade brasileira após as elei-

ções presidenciais de 2022”, afirma, referindo-se ao conceito descrito no livro *Biografia do abismo* (Editora Harper Collins, 237 páginas).

Na obra, o cientista político Felipe Nunes e o jornalista Thomas Traumann mostram como a polarização e a intolerância transbordaram a esfera política e contaminaram diversos setores da sociedade, arriscando a própria convivência entre as pessoas simpatizantes de direções contrárias (petismo e bolsonarismo). “Em algum grau, essa calcificação estará presente nas disputas municipais”, avalia Prando. A polarização entre direita e esquerda, dizem os especialistas, também deve ser forte nas disputas para a vereador, já que as questões políticas e ideológicas costumam ter mais peso nas eleições legislativas. “Haverá muitos candidatos a vereador se colocando como representantes do Lula ou do Bolsonaro no contato com os seus nichos de eleitores”, diz Hoffmann, do Camp.

O agravamento dos índices de violência em diversas regiões do País deve levar o tema da segurança pública aos palanques municipais, mesmo de maneira indireta. “Candidatos a prefeito alinhados ao governo estadual podem ser prejudicados em locais onde a população não esteja satisfeita com a segurança pública”, explica Hoffmann. Mesmo que a gestão da segurança seja responsabilidade direta do governo estadual, a prefeitura pode (e deve) fazer sua parte para garantir a tranquilidade do cidadão. Nos municípios de médio e grande portes, esse papel complementar é exercido pelas guardas municipais. Mesmo nas cidades que não dispõem dessa instituição de segurança, projetos como instalação de câmeras de vigilância e iluminação pública eficiente ajudam no combate à criminalidade.

Pesquisa Datafolha divulgada em setembro do ano passado aponta a violência como o principal problema na cidade de São Paulo na opinião dos moradores. De acordo com o instituto, foi a primeira vez, em 11 anos, que a segurança preocupa mais os paulistanos do que o atendimento à saúde, que costumava liderar a lista de problemas na capital paulista. “Qualquer transtorno que aflige o cidadão, independentemente de ser da esfera municipal, estadual ou federal, entra na pauta de discussões. E o candidato não poderá se omitir apenas dizendo que aquilo não é competência da prefeitura. Alguma coisa tem de ser proposta, nem que seja exercer maior pressão no

governo estadual ou federal, que são os responsáveis diretos pela área”, ressalta Hoffmann.

A opinião é compartilhada por Bruno Paes Manso, jornalista e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. “Os prefeitos e as câmaras municipais têm um papel cada vez mais relevante na segurança pública, pois esta afeta principalmente as grandes e médias cidades”, diz o autor dos livros *A República das Milícias* e *A fé e o fuzil*, ambos pela Editora Todavia. O pesquisador destaca problemas graves que afetam as cidades, como o domínio das milícias em grande parte do território do Rio de Janeiro e a questão da cracolândia, no centro de São Paulo. “As populações que moram, trabalham ou circulam nesses lugares se sentem vulneráveis. Logo, os prefeitos têm de se envolver com o problema de alguma maneira, apontando soluções”, comenta o jornalista, que destaca a infiltração cada vez maior de paramilitares no processo eleitoral, apoiando ou até lançando candidatos próprios, principalmente ao legislativo municipal. Nesse processo de domínio, os candidatos que se opõem às milícias, muitas vezes, são impedidos de fazer campanha eleitoral nas áreas dominadas, comprometendo a própria democracia. “A eleição deste ano será um desafio em todos os sentidos no que diz respeito à segurança, inclusive por causa do domínio eleitoral das milícias nesses territórios”, diz Manso.

&



LEIA MAIS SOBRE OS ASSUNTOS QUE DEVEM PAUTAR AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NO SITE DA PROBLEMAS BRASILEIROS, EM REVISTAPB.COM.BR



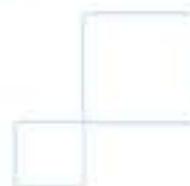
Benefício é cuidar dos seus funcionários com uma rede de 7 mil médicos parceiros.

E olha que estamos falando apenas de Telemedicina, porque, na **Saúde Pass**, você também pode contratar seguro de vida coletivo, plano odontológico, seguro social e até VR, com uma abordagem integrada que vai além da entrega do benefício, contemplando o seu ambiente de trabalho, a motivação da sua equipe e a retenção de talentos.

E o melhor: tudo de forma simples, rápida e muito acessível, com um custo que cabe no seu orçamento: **a partir de R\$ 5/colaborador.**



Quer benefícios para cuidar do bem-estar dos seus funcionários e da saúde da sua empresa? Fale com a gente.

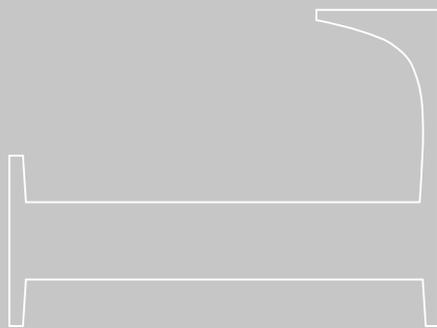




Saúde
pass

FECOMERCIO SP
REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ.





LÚCIO CARDOSO: UM ENTRE-LUGAR NA LITERATURA

Lúcio Cardoso (1912–1968) é daqueles escritores brasileiros ainda pouco conhecidos, infelizmente. Mineiro de Curvelo, nasceu numa autêntica família tradicional daquele Estado, religiosa e conservadora — fato esse que seria um complicador em toda a sua vida: era homossexual e católico. Como conciliar tal questão?

Autor de uma obra realmente única e totalmente voltada para as questões filosóficas e existencialistas, embora tenha publicado ao longo do chamado Regionalismo de 30, não se enveredou pelas temáticas sociais próprias desse momento da nossa literatura. Ao contrário, a sua obra — romances, contos, teatro, cinema e diário — foi inteiramente voltada para a análise do eu, do íntimo e do estar no mundo, aliando-se a autores da mesma tendência criativa: Octávio de Faria, Cornélio Penna, Augusto Frederico Schmidt, entre outros.

A sua obra-prima, *Crônica da casa assassinada*, foi publicada em 1959, poucos anos antes dos dois AVCs que o marcariam profundamente, levando-o à morte após anos de sofrimento. A *Crônica*, que abusou de gêneros como cartas, diários e memórias, é considerada por muitos críticos como o mais importante romance da nossa literatura. Nela, Lúcio Cardoso criou um enredo em torno de uma família decadente do interior mineiro, os Menezes, que seria metáfora e metonímia do Brasil atrasado e retrógrado. Uma personagem se destaca no livro, Timóteo, que passa toda a história travestido, usando roupas, joias e objetos pessoais da mãe. Ele é dócil, afeminado e humano, certamente o de melhor caráter entre os irmãos: “Naturalmente ainda conservava seu aspecto feminino, mas de há muito deixara de ser a grande dama, magnífica e soberana. Era um rebotalho humano, decrepito [...]”

e que já atingira esse grau extremo em que as semelhanças animais se sobrepõem às humanas”.

Trata-se de uma espécie de “vingança” contra a terra natal e o conservadorismo mineiro, conforme o próprio vociferou, numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 25 de novembro de 1960: “Meu movimento de luta, aquilo que busco destruir e incendiar pela visão de uma paisagem apocalíptica e sem remissão é Minas Gerais. Meu inimigo é Minas Gerais. O punhal que levanto, com a aprovação ou não de quem quer que seja, é contra Minas Gerais”.

Na verdade, Lúcio Cardoso foi político sem ser partidário, sem levantar bandeiras identitárias, tão comuns nos dias de hoje. Não se identificava com as ideologias comunistas, tão comuns e sempre defendidas pela maioria dos escritores brasileiros do seu tempo. Inclusive, despertou a aversão destes, foi isolado dentro do seu pequeno “grupo de resistência”, como costumava dizer. Foi ignorado por muitas editoras que o acusavam de reacionário e ultrapassado — e ainda pior: que não vendia bem, que dava prejuízos editoriais etc.

Lúcio Cardoso ainda é pouco conhecido no Brasil, e tal fato é um sintoma do nosso desinteresse pela leitura e pela nossa tão rica literatura. As gerações atuais não o leem, com exceção de pesquisadores, professores e alguns alunos. É considerado um “autor difícil”. Ora, a literatura é uma arte complexa que provoca rupturas e mudanças no leitor, ou seja, ler é mexer com as funduras da alma, pois o texto literário provoca uma tensão interna, rompe com as certezas do leitor, transforma teses em hipóteses. É esse, a meu ver, o que a obra de Lúcio Cardoso desperta e estimula, tirando-nos da zona de conforto e produzindo aquela espécie de dor necessária à nossa existência, a saber: a recepção tensa de um novo olhar sobre a vida.



LEANDRO
GARCIA,
professor na
Faculdade
de Letras da
Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG)
e presidente
da Academia
Petropolitana de
Letras (APL)



OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*

Assistimos, no último século, ao aumento progressivo da presença feminina nos mais diversos espaços sociais, à entrada maciça no mercado laboral e a um crescente protagonismo em posições decisórias e de liderança. Apesar dos avanços, que merecem ser celebrados, há, ainda, um longo caminho a ser percorrido na direção da igualdade de gênero e da ampliação do acesso das mulheres a melhores condições de vida e oportunidades de renda, especialmente em um país desigual como o Brasil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2023, indicam que as mulheres são mais da metade da população brasileira e o grupo mais escolarizado, apesar de representarem somente 38,9% da força de trabalho no País. No caso das mulheres negras, que configuram 29,4% da população, a presença no mercado de trabalho é de apenas 17,8%.

Também do IBGE, dados de 2019 indicavam que a presença de crianças de até 3 anos de idade no domicílio era um fator relevante para a empregabilidade feminina, com uma diferença de quase 10% na taxa de ocupação em relação aos lares sem crianças pequenas. A pandemia de covid-19 trouxe desafios adicionais a esse cenário de desigualdades, considerando as funções de cuidado que foram demandadas de forma exponencial no período e que ainda são, majoritariamente, exercidas por mulheres na nossa sociedade. Nas empresas, esse cenário ainda é pouco explorado.

O Ethos, em 2016, desenvolveu uma pesquisa que, até hoje, é a mais citada em reportagens e estudos quando se fala na ocupação da mulher no meio empresarial brasileiro. Neste momento, o instituto está atualizando esse estudo, chamado **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas**,* com o objetivo de apurar a percepção e a análise dos dados públicos sobre a presença e as posições das mulheres no mercado de tra-

balho. O seu foco está nas desigualdades de composições social, racial e de gênero no mercado de trabalho privado, além das principais políticas empreendidas pelas empresas para aprimorar a inclusão e a equidade. Desta vez, o estudo tem como base as mil maiores empresas e os cem maiores bancos do País.

A oportunidade de observar os efeitos da pandemia e das mudanças políticas e econômicas no Brasil, hoje, aprimoram a importância do estudo, em especial pela falta de outros levantamentos similares. Assim como os cenários mudam, os indicadores também se alteram ao longo do tempo, fazendo da produção e da atualização de dados a chave para que possamos caminhar em direção a um futuro mais diverso e igualitário no ambiente de trabalho. É fundamental que as empresas se envolvam em práticas de promoção da equidade em seus ambientes, inclusive com a decisão de dedicar investimentos para iniciativas referentes às políticas de diversidade e equidade. A definição de políticas de contratação e vagas afirmativas são outros exemplos de iniciativas que contribuem nessa direção, mas precisam estar alinhados com práticas mais contínuas e perenes. Além da criação de métricas, é preciso acompanhar regularmente o desenvolvimento dos indicadores, definindo estratégias para que as empresas avancem de forma efetiva na agenda.

Como motores do desenvolvimento de um país, as empresas devem ser protagonistas na construção da equidade em todos os seus aspectos. A lição começa dentro de casa, e a promoção da diversidade e da inclusão no ambiente corporativo é o mais produtivo caminho. A presença feminina no mercado laboral, especialmente em condições de igualdade de oportunidades e em posições nas quais exerçam o máximo potencial profissional, traz ganhos para todo o País e segue na direção de uma sociedade mais justa e próspera.



*Acesse em https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Perfil_Social_Racial_Genero_500empresas.pdf.

CLIMA EXTREMO, DENGUE EM ALTA

A temperatura média global aumentou entre 0,8°C e 1,2°C, com variações importantes nos padrões de chuva. A questão climática, aliada à falta de infraestrutura urbana e à invasão das cidades em áreas antes silvestres, cria um ambiente propício para a propagação de insetos, incluindo aqueles que transmitem doenças aos humanos. O resultado já chegou às estatísticas: o Brasil atingiu a marca de 1 milhão de casos suspeitos de dengue só nos dois primeiros meses do ano. A projeção do Ministério da Saúde é que serão mais de 4,2 milhões em 2024, número quase três vezes maior que o registrado em 2023.

texto MOURA LEITE NETTO

Fonte: Ministério da Saúde

PROJEÇÃO DE CASOS DE DENGUE EM 2024:

4,2

O Brasil encerrou fevereiro superando a marca de 1 milhão de casos suspeitos de dengue só nos dois primeiros meses de 2024. A projeção do Ministério da Saúde é que serão mais de 4,2 milhões em todo o ano, número quase três vezes maior que o registrado em 2023. Historicamente, o pico de casos de dengue se dá em abril, o que tornam ainda mais preocupantes os registros até fevereiro. Ações humanas, como o desmatamento e a queima de combustíveis fósseis, têm desencadeado uma série de efeitos significativos, incluindo as mudanças climáticas, que alteram o padrão de chuvas, derretem as calotas polares e elevam o nível do mar. Pesam, ainda, a geração e o acúmulo de resíduos, a extinção de espécies, a migração forçada de animais e o deslocamento e a aglomeração de pessoas. Direta ou indiretamente, todos esses fenômenos afetam a ecologia dos vetores de arbovírus e a expansão da sua faixa geográfica. O *Aedes aegypti*, transmissor do vírus da dengue e de outras doenças como zika e chicungunha, é um desses vetores.

“Esse cenário facilita a expansão dos habitats de diversos vetores, incluindo os mosquitos e, conseqüentemente, os vírus por eles transmitidos. Regiões que, antes, eram muito frias para sustentar populações de mosquitos podem, agora, se tornar suscetíveis à propagação”, explica Joziana Barçante, pesquisadora na área de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Universidade Federal de Lavras (Ufla). “As mudanças ambientais influenciam diretamente o ciclo dos agentes causadores de doenças. Em temperaturas mais elevadas, o ciclo de vida do inseto acontece mais rápido, ou seja, mais gerações em intervalo de tempo menor”, complementa. A cientista chama a atenção para um trabalho recente publicado na revista *Nature*. Seus autores citam que mais de 10 mil tipos diferentes de vírus podem infectar humanos, mas a

maioria deles permanece em animais selvagens. No entanto, as mudanças no clima e no uso da terra estão criando oportunidades para que esses vírus passem de uma espécie animal para outra, o que aumenta o risco de doenças serem transmitidas de animais para humanos. “Mesmo se conseguirmos manter o aquecimento global abaixo de 2°C neste século, ainda não será o suficiente para evitar que os vírus se espalhem”, avalia Joziana.

Além dessas mudanças, outro agravante são os contextos socioeconômico e geográfico. “As condições de vida na população urbana, com grande aglomeração e pobreza, que nem sempre conta com serviços básicos de saneamento e coleta de lixo, favorecem a expansão dessas doenças”, lamenta Luciana Jesus da Costa, geneticista, doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias e professora no Departamento de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESISTÊNCIA À VACINA

Dentre as estratégias para reduzir a propagação da dengue, existe a imunização via vacina. O Ministério da Saúde iniciou, no dia 8 de fevereiro, a distribuição dos primeiros lotes da vacina contra a dengue, com 712 mil doses destinadas a 315 municípios de dez Estados. Inicialmente, a imunização é voltada a crianças de 10 a 11 anos. Em nota técnica, o Ministério da Saúde informa que o início por essa faixa etária é uma estratégia que permite que mais municípios recebam as doses diante do volume limitado de vacinas disponibilizado pelo fabricante. O critério é o índice de hospitalização, maior entre 10 e 14 anos. No entanto, até o início de março, apenas 11% das doses distribuídas foram aplicadas no público-alvo da campanha. Do total de 1.235.236 doses que chegaram a 521 municípios de regiões endêmicas do País, apenas 135.599 doses foram

aplicadas no período. Especialistas acreditam que à medida que a cobertura vacinal for ampliada para outros grupos etários, e em maior quantidade, será possível caminhar para a imunidade coletiva, que também é um fator de assistência importante. “Mesmo que a vacina tenha chegado como fator de proteção individual, a longo prazo a ampliação levará a um melhor controle da doença, com redução dos surtos”, vislumbra Joziana, da Ufla.

Os efeitos virão com o tempo. O médico epidemiologista André Ribas de Freitas, da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic, de Campinas (SP), não acredita que a imunização terá impacto já nesta epidemia, porque as áreas atendidas ainda representam um território pequeno. “Provavelmente, no futuro, nós poderemos ter resultados positivos e diminuir os riscos de surtos”, acredita. O imunizante disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) é o QDenga, fabricado pela Takeda, que previne a dengue causada por qualquer um dos quatro tipos do vírus, em indivíduos de 4 a 60 anos. A aprovação da QDenga se baseia nos resultados de 19 estudos de fases 1, 2 e 3, com mais de 28 mil crianças e adultos, incluindo uma pesquisa com seguimento de dados clínicos por quatro anos e meio.

O Instituto Butantan, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, em estudo clínico de fase 3 publicado na revista científica *The New England Journal of Medicine*, apontou que o seu imunizante, produzido com os quatro vírus atenuados de dose única, evitou a dengue em 79,6% dos vacinados ao longo de dois anos, protegendo tanto quem já tinha se infectado como aqueles sem infecção prévia. A proteção foi observada em todas as faixas etárias, sendo 90% em adultos de 18 a 59 anos. “Os dados reforçam a qualidade dos ensaios clínicos do Butantan e a capacidade dos centros de pesquisa e cientistas envolvidos”, afirma Esper Kallás, diretor do Butantan.

Joziana, da Ufla, destaca que cada novo imunizante representa um avanço. A Dengvaxia, primeira vacina contra dengue disponível no mundo, foi autorizada para o Brasil, mas deveria ser administrada somente em pessoas que já tivessem tido algum episódio de dengue. A QDenga foi aprovada para aplicação independentemente da exposição anterior à doença, mas requer duas doses, com intervalo de 90 dias. Por fim, a vacina em desenvolvimento no Butantan, que será de dose única, não requer exposição prévia à dengue. “O fato de ser dose única é um grande avanço e uma economia para os cofres públicos”, acredita.



milhões

3X MAIS QUE EM 2023

&

OS 100 ANOS DO 1º DE MAIO NO BRASIL

A história do Brasil se mistura com a história do trabalho. A intensa industrialização da virada para o século 20 contava com uma mão de obra extenuada com jornadas de até 15 horas diárias em fábricas cheias de crianças. Operários que, ainda assim, viviam em condições miseráveis. Imigrantes italianos trouxeram na bagagem os ideais anarcossindicalistas que levaram às reivindicações por jornada de oito horas e melhores condições de trabalho. E o 1º de Maio se torna o símbolo que é até hoje.

Até o início dos anos 1920, greves e manifestações dos trabalhadores se sucederam no Brasil e atingiam o clímax a cada Dia do Trabalhador, como em 1918, quando a data foi comemorada no Rio de Janeiro em pleno estado de sítio.

texto HERBERT CARVALHO

ilustração MARIA FERNANDA GAMA

A repressão policial deixava mortos e feridos pelas ruas a cada confronto, evocando a origem da própria data, uma homenagem decidida em 1889 pelo Congresso Internacional Socialista para lembrar os operários massacrados três anos antes, em Chicago, nos Estados Unidos, e reforçar a luta pela conquista da jornada máxima de oito horas de trabalho.

Ainda na época do Império, quando o País tinha a economia sustentada pelo trabalho dos escravizados, a primeira greve de operários livres ocorreu em 1858, quando os gráficos do Rio de Janeiro paralisaram a publicação dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio*, exigindo melhores salários.

No início do século 20, a multiplicação das indústrias introduz, no panorama das cidades brasileiras, as reivindicações dos trabalhadores por aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Apesar de trabalhar até 15 horas por dia, setores da população viviam em condições miseráveis nos bairros de Bangu, Gamboa e São

Cristóvão, no Rio de Janeiro, e Brás, Bexiga e Cambucí, em São Paulo. É no planalto de Piratininga, epicentro da imigração italiana e da agitação anarcossindicalista nas fábricas que, no dia 1º de maio de 1907, irrompe uma greve em defesa da jornada máxima de oito horas de trabalho, requisição que se alastra por Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A paralisação é desencadeada na construção civil e nas indústrias metalúrgica e da alimentação — e logo engrossada pela adesão de gráficos, sapateiros, têxteis e empregados da limpeza pública.

Um manifesto das costureiras paulistas proclamava: “É necessário que recusemos trabalhar também de noite, porque isso é vergonhoso e desumano. Enquanto muitos homens conseguiram a jornada de oito horas, nós, mulheres, que somos do ‘sexo fraco’, temos que trabalhar 16 horas! Como se pode estudar, ou simplesmente ler um livro, quando se vai para o trabalho às 7 da manhã e se volta para casa às 11 da noite?”, afirmava o texto.

Além da jornada extenuante, nas primeiras décadas do século 20, não existiam nem Previdência Social, nem aposentadoria. Metade da força de trabalho era constituída por crianças, muitas com cinco ou seis anos de idade, constantemente espancadas pelos capatazes. As mulheres, mais numerosas na indústria têxtil, recebiam salários inferiores e viviam à mercê das investidas sexuais dos chefes. Mutilações pelas máquinas, além de frequentes, não eram indenizadas.

O significado do 1º de Maio começa a mudar no Brasil em 26 setembro de 1924, quando um decreto do então presidente Arthur Bernardes consagra a data como feriado nacional, em homenagem ao Dia do Trabalhador. Um ano antes, a Lei Eloy Chaves, reconhecendo inicialmente aos ferroviários o direito a um pagamento mensal durante a velhice, retirava a questão social dos “casos de polícia”, como foi tratada na maior parte da República Velha. Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas consagra a comemoração por meio de cerimônias cívicas gigantescas em estádios de futebol, às quais comparecia para anunciar benesses aos trabalhadores, como no simbólico 1º de maio de 1943, durante a ditadura do Estado Novo, quando outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No início dos anos 1950, ao voltar ao poder pelo voto popular, Vargas enfurece os opositores ao anunciar um aumento de 100% para o salário mínimo. Em 1º de maio de 1954, quando se ouviu pela última vez o clássico bordão “Trabalhadores do Brasil” em pronunciamento radiofônico, ele causa profundo impacto ao mencionar, em tom profético, a possibilidade de um futuro governo dos trabalhadores: “Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituí a maioria. Hoje, estais com o governo. Amanhã, sereis governo”. Um discurso que, segundo o biógrafo Lira Neto, “selou o destino de Getúlio Vargas”, acossado até o dia fatídico de seu suicídio, em 24 de agosto de 1954.

Após o golpe cívico-militar de 1964, a ditadura suprimiu as comemorações do 1º de Maio, o que não impediu que, em 1968, no auge das manifestações que precederam a decretação do famigerado AI-5, a data reunisse mais de 100 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. O ato foi autorizado pelo então governador paulista Roberto de Abreu Sodré, que ainda

cometeu a temeridade de comparecer. Atacado pela esquerda radical, que pregava a luta armada, o comício foi dissolvido a pauladas, conforme o relato de Elio Gaspari na obra *A ditadura envergonhada* (Intrínseca, 2014): “Quando o primeiro orador tentou falar, foi abafado pelas vaias. Sodré, com a autoridade de governador do Estado, pegou o microfone e começou: ‘Trabalhadores de São Paulo: nós, os trabalhadores...’. Primeiro, sumiu o som. Depois, choveram paus, ovos e pedras. Uma batata cravejada acertou a cabeça do governador, deixando-a com um talho. O palanque foi invadido e incendiado”.

Nas décadas de 1970 e 1980, as manifestações são lembradas de forma sombria por Paulo Pereira da Silva, ex-presidente da Força Sindical: “Como era o 1º de Maio? Na primeira vez que fui, havia cem pessoas na Praça da Sé xingando a polícia. E todo ano era assim: 200, 300 pessoas falando mal do governo, entre nós mesmos”.

Coube à central por ele dirigida introduzir, nos anos 1990, o marketing que transformaria a data em espetáculo, com cantores de sucesso e sorteios de carros atraindo multidões para a praça Campos de Bagattelle, na zona norte de São Paulo. No século 21, porém, os “explorados” das manifestações típicas de 1º de Maio se transformaram em “desnecessários”. Enquanto os robôs substituem operários, a Inteligência Artificial (IA) é ameaça para boa parte do trabalho intelectual.

O “chão de fábrica” não é mais o *front* laboral, e as questões que se colocam para os movimentos sindical e trabalhista são a precarização, a terceirização, a desigualdade salarial e a falta de proteção social para quem trabalha. Assim, a data — antes marcada por greves e enfrentamentos —, hoje, é apenas um retrato nostálgico, apontando para um futuro imprevisível.

&



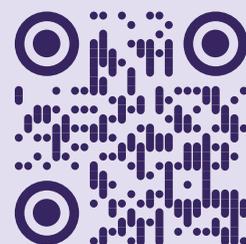


Sua empresa pode ajudar a espalhar o conhecimento científico e ainda impactar tomadas de decisão que podem salvar vidas.

bori
agência

Conheça e apoie o trabalho da Agência Bori, que leva a ciência nacional para os principais veículos da imprensa.

abori.com.br | bori@abori.com.br



PRÓXIMA PARADA

Em frente

Empresário que usa o VT Certo não dorme no ponto.

Com o **VT Certo**, o associado **FecomercioSP** paga apenas **R\$ 5,00** no Vale-Transporte de metrô do seu funcionário. É uma **redução de 49 centavos/viagem** que, na ponta do lápis, representa, no mínimo, uma **economia de pelo menos R\$ 258,72/pessoa em um ano**.

Aí, você mesmo pode fazer as contas. Mas, com certeza, estamos falando de um excelente negócio para a sua empresa.

Até porque a contratação do VT Certo é totalmente gratuita.



Acesse o QR Code
e saiba mais

FECOMERCIO**SP**